

RARA

# NOVOS RUMOS

# Ação Firme Contra a Quadrilha Golpista de Ademar e Lacerda

ANO V — São Paulo, semana de 4 a 10 de outubro de 1963 — Nº 241

## Sexta-Feira na Praça da Sé São Paulo Dirá a Jango Que Quer Reformas de Base

Convocado pelas organizações de trabalhadores de São Paulo, realiza-se amanhã, dia 4, às 15 horas, na praça da Sé, na capital paulista, grande comício popular pelas reformas de base. A manifestação estará presente o presidente João Goulart, que na ocasião sancionará a lei que institui o salário-família para todos

os trabalhadores. Além do pronunciamento que fará o presidente da República, deverão falar na manifestação os governadores Miguel Arraes e Badger Silveira, um representante do Comando Geral dos Trabalhadores e um dirigente sindical paulista, em nome dos trabalhadores de São Paulo.

Temos denunciado, repetidas vezes, a atividade criminosa das forças da reação e do entreguismo. Estimuladas pela política conciliatória do Governo, que deixa intactas suas bases econômicas, pois não toma medidas efetivas contra o imperialismo e o latifúndio, essas forças se tornam cada vez mais agressivas. Procuram impedir, por todos os meios, que a Nação avance no caminho do progresso, que se realizem as reformas de estrutura, as transformações econômicas, políticas e sociais indispensáveis à quebra da miséria em que se encontra o Brasil, e, por outro lado, das ultra-retrogradas declarações do general Perí Bevilacqua, desfecharam furiosa campanha contra as forças populares, particularmente contra as organizações dirigentes dos trabalhadores e dos estudantes, o CGT e a UNE. E intensificaram, abertamente, a pregação golpista através da imprensa ibidiana, desencadearam a chamada "guerra psicológica", com seus quartéis-generais instalados na Guanabara e em São Paulo, ao mesmo tempo que se tornava evidente, com a apreensão de armas contrabandeadas entre as duas capitais, que se apressavam os preparativos da conspiração reacionária, tendo à frente as figuras sinistras dos governadores Carlos Lacerda e Ademar de Barros.

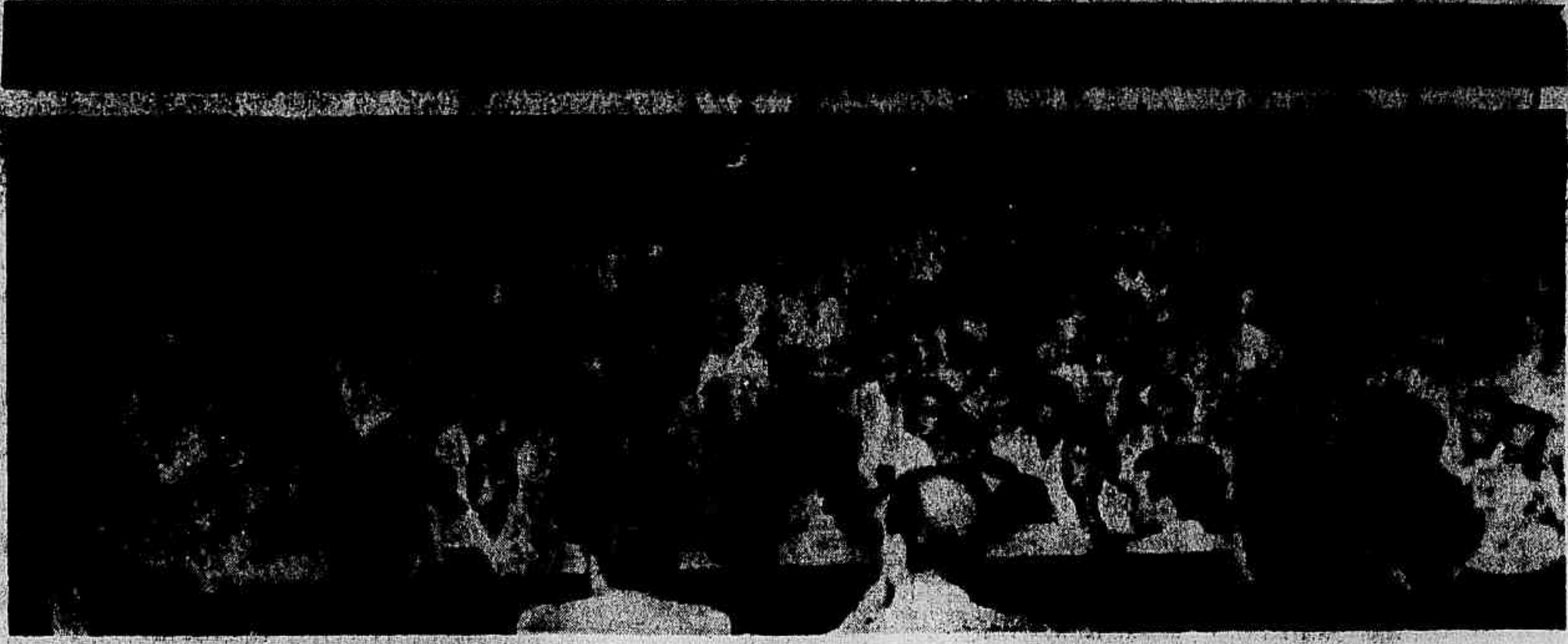
Ante a atividade criminosa da reação entreguista — oficialmente denunciada pela Nota dos Ministros militares a propósito das declarações do vende-pátria Lacerda à imprensa norte-americana — devem unir-se todas as forças nacionalistas e democráticas, dispostas a apoiar resolutamente a ação efetiva do Governo contra esse bando de inimigos da Nação. Essas forças são suficientemente conhecidas, porque muitas vezes manifestadas. O caráter autônomo de sua atividade deve, uma vez revelado ao povo, ser fonte de orgulho e de confiança. É exatamente por isso que sua ação política se volta com fúria contra aquelas forças que lutam, nas primeiras fileiras e com maior combatividade, em defesa dos interesses nacionais. Daí se ataquem ao movimento operário, camponês e estudantil, aos comunistas e demais patriotas e democratas.

### Greve Nas Ferrovias Paulistas

S. PAULO (Da sucursal) — Reunidos em assembleia na noite de ontem, os ferroviários pertencentes às estradas sob o controle do governo estadual decidiram ratificar a deflagração da greve para a primeira hora de hoje, quinta-feira, em virtude da intransigência do sr. Ademar de Barros em atender às reivindicações pleiteadas pela categoria desde o início do seu mandato.

Assim, estão paralisadas as seguintes ferrovias-chaves do Estado: Sorocabana, Paulista, Araraquarense e Mogiana, além de outras menores.

Juntamente com os ferroviários, e totalizando o número de 80.000 trabalhadores, deflagraram greve os servidores do Departamento de Estradas de Rodagem e do Departamento de Águas e Esgotos, lutando por velhas reivindicações sempre reclamadas e não atendidas pelo governador Ademar de Barros.



### 1.º Paulo: "Rush" na Luta Salarial Começa Domingo

No próximo domingo, dia 6, os representantes de mais de 600 mil trabalhadores de São Paulo estarão reunidos em assembleia, para debaterem uma série de problemas, de que sobressai o do reajustamento de seus salários, para o qual querem um aumento de 100 por cento a partir de 1.º de novembro. Da ordem do dia consta a discussão também das questões do reajuste salarial de quatro em quatro meses, conforme o custo de vida, e revisão do salário-mínimo (com novo zoneamento) e a obtenção de férias de trinta dias.

### Bancários da GB Dão Prazo de 24 Horas: Greve Geral no Rio Grande do Sul

Tendo em vista as medidas proletárias dos banqueiros, que se vêm negando, nos encontros mantidos nos dois últimos dias — como já ocorre há um mês — a sair de sua posição de intransigência, que já foi denunciada como de caráter político, os bancários cariocas resolveram, em grande assembleia realizada na noite de ontem, dar um prazo de 24 horas, para que seja assinado um acordo aditivo, que inclua as reivindicações não atendidas pela decisão do TRT.

No dos últimos dias, representantes do presidente da República. Dessas reuniões, participaram, quatro Ministros de Estado (Fazenda, Trabalho, Comércio Exterior e Justiça) além do próprio sr. João Goulart, que presidiu as negociações em várias oportunidades.

### PROVOCAÇÃO

Ontem, em vez de procurar as negociações, voltou o governador-golista Ademar a provocar os trabalhadores, anunciando que dispunha de milhares de homens armados para sufocar a greve. A ameaça, os ferroviários e servidores do Estado responderam com a decisão de manter a ordem de greve para conquistar as reivindicações que pretendem.



### CGT é órgão autêntico dos trabalhadores

Na noite do dia 1.º realizou-se no Sindicato dos Metalúrgicos da Guanabara, grande ato público de apoio e desagravo ao CGT (foto). Mais de cinco mil pessoas aclamaram entusiasticamente os discursos de Osvaldo Pacheco, de dirigentes sindicais e representantes da UNE e da UBES, todos de solidariedade ao Comando. Falou, no final, o deputado Leonel Brizola. O parlamentar gaúcho destacou a ação do órgão unitário dos trabalhadores na luta pelas reformas e a legitimidade da entidade, acentuando, que o direito de greve é uma conquista irreversível. Reportagem na 2a. página.

### Domingo: Comício em Bangu

A Frente de Mobilização Popular de Bangu realizará grande comício pelas Reformas de Base no próximo domingo, dia 6, na Praça 1.º de Maio, às 19 horas. Estarão presentes à manifestação, além de outras personalidades, os deputados federais Leonel Brizola, Sérgio Magalhães e Roland Corbisier (suplente), e os deputados estaduais Hércules Corrêa dos Reis, Paulo Alberto e José Dutra.

Essas questões, de maior importância para o operariado paulista, mais a das reformas de base e da encampação das reformas de petróleo particulares e o panorama político atual — poderão provocar a paralisação do trabalho em todo o Estado de São Paulo, desde que se verifiquem manifestações de intransigência patronal, assim como se confirmem as ameaças de violência contra os trabalhadores apregoadas a todo instante pelo fascista Ademar.

RESISTÊNCIA  
A assembleia das entidades dos trabalhadores paulistas — têxteis, operários de indústrias alimentícias, gráficos, químicos e mais onze sindicatos — que será realizada no Cine São José de Belém, às nove horas, reveste-se portanto da máxima importância.  
Os líderes dos trabalhadores prepararam-se também para levar à assembleia de domingo um "Protocolo de Ação", base das operações do movimento salarial que será desencadeado por todo este mês de outubro.



**Smolac**

**Colegiados Dos Institutos Sob Ameaça de Extinção**

**Agostinho Oliveira**  
O movimento sindical sempre defendeu, em seus Congressos e Conferências, a tese de que o seguro social a ser criado no País tivesse uma administração colegiada, isto é, que a classe operária fosse representada em igualdade de condições com os patrões.  
A lei Eloy Chaves, promulgada em 1933, que instituiu as Caixas de Aposentadoria e Pensões para os ferroviários, estabeleceu uma administração colegiada, constituindo assim uma vitória das pretensões dos trabalhadores.  
A partir de 1930, vários decretos presidenciais, organizando os demais Institutos de Aposentadoria e Pensões, asseguraram a participação de representantes operários, bem como do Governo, na sua direção, aproveitando a experiência de mais de dez anos de funcionamento das Caixas de Aposentadoria.  
Dessa forma vêm funcionando os IAPs desde a sua fundação, até a promulgação da Lei Orgânica da Previdência Social, sem que tenha havido queixas a propósito de sua composição e organização.  
No entanto, o ponto fraco, o calcanhar de Aquiles da Previdência Social, tem sido o recebimento das contribuições. Tivemos, por exemplo, já em 1933, na Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Ferroviários da Great Western, que recorreu até à última instância para receber contribuições atrasadas de 5.000 contos, afinal perdoadas pelo então ministro do Trabalho.  
Hoje esses fatos se repetem. As dívidas aos IAPs somam bilhões de cruzeiros, e os devedores empregam outras táticas para se livrarem desse pagamento: procuram desmoralizar os colegiados que os levam à Justiça, utilizando até deputados. Já surgiu no Parlamento um Projeto de Lei com a finalidade de extinguir os Colegiados dos Institutos, o qual já recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

O movimento sindical brasileiro considera os colegiados dos Institutos uma conquista da classe operária, que muitos sacrifícios custou aos trabalhadores. Não permitirá, portanto, que a Lei Orgânica da Previdência Social seja mutilada, para satisfazer aqueles que, não contentes em explorar a classe operária nas empresas industriais, comerciais e nos vários ramos da produção, ainda desejam sonegar as suas contribuições, inclusive as descontadas aos empregados.

**Guanabara**

**Nacionalização dos quadrimotos**

Antando exposição de motivos do ministro da Educação, o presidente João Goulart assinou decreto de nacionalização — por enquanto parcial, progressiva portanto — das revistas em quadrimotos editadas no Brasil. Esse ato estava tardando. Não é de hoje nem de ontem que vem se desenvolvendo a campanha de todas as pessoas e de todos os setores responsáveis do País por uma providência efetiva de nacionalização das histórias em quadrimotos, um dos instrumentos mais eficazes de colonização cultural.  
Tentativas esporádicas haviam fracassado. Outras tentativas alcançaram êxito parcial. O decreto do presidente da República surge no momento exato em que a indústria — brasileira — de edição de revistas em quadrimotos começa a consolidar-se e a partir para um desenvolvimento pleno.

**Posses nos rodoviários**

Dia 12 de outubro toma posse a nova diretoria, junto com o novo Conselho Fiscal, do Sindicato dos Condutores de Veículos Rodoviários e Anexos do Estado da Guanabara. As 20 horas, à rua Camerino, 66.

**Professores querem aumento**

Os professores secundaristas do Estado resolveram, em assembleia, reivindicar um abono provisório — de emergência — equivalente a 30 por cento do salário médio atual. Já procuram entendimentos com os proprietários de estabelecimentos de ensino.

**Transportes coletivos**

Motoristas, cobradores, fiscais, despachantes e demais empregados das empresas de transportes coletivos do Estado da Guanabara reivindicam aumento de 100% nos salários atuais. Embora convocados, os patrões ainda não compareceram ao Departamento Nacional do Trabalho. Os trabalhadores poderão entrar em greve dia 15 próximo, se não forem atendidos. O acordo vigente termina dia 12, e os patrões condicionam a sua revisão a um aumento do preço das passagens de ônibus e lotações.

**Petróleo**

Os trabalhadores da Petrobrás comunicaram ao general Albino Silva que não podem concordar com aumento inferior a 40 por cento nos seus salários atuais, reivindicando também fixo de cinco mil cruzeiros, estabelecido aos cinco anos de serviço e outras vantagens. Há possibilidade de greve, se o acordo não for obtido dentro de oito dias.

**FRONAPE**

Os trabalhadores da Frota Nacional de Petroleiros estão pleiteando contrato coletivo de trabalho, como foi concedido aos marítimos. Processam-se entendimentos com o ministro Expedito Machado.

**Rafael adverte Ademar**

O presidente da Federação Nacional dos Ferroviários, sr. Rafael Martinielli, enviou ofício ao governador Ademar de Barros, advertindo-o de que, se a greve dos ferroviários da Sorocabana, marcada para hoje, 3 de outubro, for reprimida com violência, os ferroviários paralisarão o trabalho em todo o País.

**Estado do Rio**

**Festejos**

O Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda está se preparando para comemorar a vitória alcançada nas eleições realizadas para sua diretoria. Grandes festejos estão sendo programados, tendo em vista o valor que representa a vitória do sr. Lima Neto ao derrotar o pelego Olhon Reis.

**Banqueiros Foram Isolados Pela Greve Dos Bancários**

A greve de uma semana dos trabalhadores em estabelecimentos bancários da Guanabara — estendida a quase todos os Estados e, durante um dia, a todos eles — produziu, enquanto durou e principalmente ao ser suspensa, na noite de terça-feira, o isolamento total dos banqueiros: ficou evidenciado que a responsabilidade pela paralisação temporária do sistema bancário do País coube, agora como de outras vezes, à intransigência dos banqueiros. Obrigados a greve pelo fimpeço dos banqueiros na posição de não ceder a nenhuma reivindicação feita, os bancários deixaram claro, perante todos os demais setores do trabalho e perante o próprio governo federal, que, tivessem os banqueiros aceitado as vias de entendimento e do acordo, os bancos não teriam sido fechados e o trabalho teria prosseguido, normal, em todo o Brasil.

**ILEGALIDADE**

Os banqueiros se recusaram a conversar com os bancários — e os conduziram a greve. Enforcaram-se para obter do Tribunal Regional do Trabalho a declaração de ilegalidade do movimento — e fortaleceram a greve com o alerta que essa ameaça representou para todas as outras categorias operárias, que rápido se uniram aos bancários já então para defender o direito de greve e a liberdade dos sindicatos.  
Declarar ilegal a greve dos bancários — compreenderam bem depressa o Pacto de Unidade e Ação, a Comissão Permanente das Organizações Sindicais e o Comando Geral dos Trabalhadores (COT, CPOB e CGT) — abrir um precedente perigoso. Daí em diante esse direito constitucional estaria negado — e o "dever de repressão", mesmo por meio da violência, consagrado. E isso, em termos de longo prazo.

A curto prazo, a declaração de ilegalidade da greve dos bancários já significa, o sinal para a entrada em cena do governador do Estado da Guanabara, que só estava querendo liberdade de ação para jogar contra os bancários — e contra as outras categorias de trabalhadores que já haviam anunciado sua solidariedade com os bancários — o seu aparelho de repressão, a

Polícia, a Secretaria de Segurança e o DOPS de Cecil Borez. No momento preciso em que o Tribunal Regional do Trabalho declarou ilegal a greve, o governador de Estado iria — conforme afirmou aos banqueiros — cair, com o toque da violência consagrada, em cima dos trabalhadores.

**CONSEQUÊNCIAS**

Fácil imaginar as consequências da declaração de ilegalidade da greve dos bancários. Não admira, mesmo, naquelas circunstâncias em que todos os setores de trabalho se fundiam para constituir uma força de ação comum — a classe operária — como "ato de levandade"

da parte do Tribunal de Trabalho, como bem disse Oswald Pacheco, falando aos bancários em nome do FUA e do COT.  
O Tribunal, todavia, atendeu a apelo do presidente da República, e adiou — sine-die — o julgamento de caráter, legal ou ilegal, da greve. Vitória nitida de classe dos trabalhadores — que pela voz de seus mais representativos líderes já haviam tornado público que a declaração de ilegalidade seria a senha da deflagração de greve geral, de paralisação do trabalho em todo o Brasil.

**GREVE SUSPensa**

A assembleia dos bancários, realizada segunda-feira

na à noite, decidiu, então, suspender a greve por 24 horas, dado o adiamento de dois fatos novos, o adiamento do julgamento do Tribunal e a concessão pelo presidente da República de uma reunião entre banqueiros e bancários, na sua presença e de alguns ministros. O fato da concessão, para ser feita pelo presidente da República, constitui outra vitória dos trabalhadores e em particular dos bancários: significou a concessão oficial da intransigência dos banqueiros e o reconhecimento também oficial de que só a refratariedade — de uma das partes litigantes, a parte dos patrões — é que explicava a deflagração e a continuação da greve dos bancários.

A reunião entre banqueiros e bancários no Palácio das Laranjeiras foi longa. Começou às 8 da manhã, terminou às 9,30 da noite. Até às 10 da noite, em duas partes fizeram-se algumas perguntas, intercomunicadas-se através das quatro máquinas presentes e de presidente da República. Das 10 às nove e meia houve encontro pessoal entre os dirigentes dos sindicatos dos bancos e dos bancários. Os banqueiros se mantiveram intransigentes mas decidiram desistir em assembleia, na quarta-feira, a proposta de desistir e levar a decisão tomada a novo encontro com os bancários, no Palácio das Laranjeiras, logo depois, ainda quarta-feira.

**Prosegue a greve nos estaleiros Verolme**

Prosegue firme a greve dos operários navais do estaleiro Verolme, no Estado do Rio, iniciada segunda-feira 30 de setembro em protesto contra a demissão de 44 trabalhadores.  
A demissão dos trabalhadores foi avisada pela empresa, em carta enviada ao Sindicato dos Operários Navais, onde se fala a ameaça de despedir cerca de 500, alegando falta de trabalho. A direção da companhia, estrangeira (holandesa) por sinal, procura, na carta, jogar os trabalhadores contra o governo, responsabilizando-o pelas atuais dificuldades.  
Os trabalhadores dos demais estaleiros vão reunir seu Conselho Geral a fim de tomar posição em relação à posição que devem tomar em solidariedade a seus companheiros da Verolme, havendo mesmo a possibilidade de uma greve geral dos operários navais fluminenses, de vez que a posição dos trabalhadores é continuar a luta até a readmissão dos despedidos.

**Comício-monstro**

A Frente de Mobilização Popular do Estado do Rio, reunida dia 26 último na Assembleia Legislativa, resolveu fazer realizar no dia 4 um comício-monstro, no Jardim S. João, às 18 h. Além dos deputados federais Leonel Brizola e sargento Garcia, os deputados estaduais Ferreira Pinto, Oliveira Rodrigues, João Kiffer Neto, Aristoteles de Miranda Melo e Afonso Celso Nogueira estarão presentes.  
Delegações camponesas de diversos municípios estão sendo esperadas. Dada a grande importância que tem este ato, a Frente de Mobilização Popular está convidando todo o povo em geral.

**Apelo**

Reafirmando seu apelo à classe dos sargentos, o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Vestuário de Niterói e S. Gonçalo, enviou telegrama aos presidentes da Câmara Federal e do Supremo Tribunal Federal.

Por outro lado, a Federação dos Metalúrgicos do Estado do Rio distribuiu nota oficial, protestando contra os conceitos emitidos pelo comandante do II Exército, tachando o CGT, Pacto de Unidade e Ação e Forum Sindical de "serpentários peçonhentos e inimigos da pátria".

**Barra Mansa**

Os rodoviários desse município estão descontentes com as empresas de ônibus, por não estarem estas cumprindo o último acordo salarial. O povo que está pagando às empresas preços absurdos por passagens, não vêem os motoristas receberem os ordenados que merecem. Barra do Piraí, Volta Redonda, Barra Mansa e Resende, são os municípios onde os trabalhadores são mais esbulhados em seus direitos. Legalmente, um motorista (linha Inter-estadual) deveria receber 63 mil cruzeiros por 8 horas de trabalho; nas atuais condições ele tem que viajar 99 horas para conseguir o ordenado estipulado.

**Rezezo**

Por intermédio da Associação dos Trabalhadores de Resende, foi assinado um acordo salarial com a Cooperativa Agropecuária de Agulhas Negras. Este acordo representa uma grande vitória dos trabalhadores, pois esta é a primeira vez que um acordo é firmado nesse município.

**Campo**

Os trabalhadores de Águas e Esgotos desse município — ao todo 350 — estão em greve por aumento salarial, pagamento de horas extras e adicionais de insalubridade. O governo estadual tem se recusado a receber os dirigentes sindicais para entendimentos. Graças à interferência do Conselho Sindical, reunido dia 28 último junto aos trabalhadores do SAEC, houve entendimentos para a cessação da greve. Caso não sejam atendidos, porém, em todas as suas reivindicações, os trabalhadores daquela autarquia entrarão em greve geral.

**Novo diretoria**

Tomou posse, dia 29 último, em Campos, a nova diretoria eleita no Sindicato dos Carris.

**Comício**

Um grande comício deverá se realizar domingo, dia 6, em Campos, pela elegibilidade dos sargentos e contra as declarações do comandante do II Exército. Delegações de camponeses do Imbé estarão presentes, como também o vereador Jacy Barreto e líderes Sindicais.

**Moção**

Foi aprovada moção apresentada na Câmara Municipal de Campos, pelo vereador Jacy Barreto, contra o racismo nos EUA.

**Metalúrgicos**

Iniciando campanha pelo salário profissional, centenas de metalúrgicos fluminenses resolveram, segunda-feira passada, em Assembleia Geral, aprovar a tabela apresentada pela comissão encarregada de elaborá-la.

As bases a serem aprovadas serão parte integrante dos futuros Acordos Salariais entre a classe e as empresas metalúrgicas, mecânicas e de material elétrico.  
A tabela regula entre 3 e meio salários mínimos a 2 e meio salários mínimos nas diversas profissões.

**Imbé**

O Sindicato dos Pequenos Lavradores e Trabalhadores Autônomos do Município de Campos, enviou ofício ao sr. Pinheiro Neto, presidente da SUPRA, no sentido de colocá-lo a par do descentamento dos lavradores do Imbé, trabalhadores e povo de Campos e municípios adjacentes, frente ao desrespeito à Justiça por parte de usineros gananciosos, como os da Usina Queimados e da Usina Sapucaia, pertencente ao conhecido latifundiário João Cleofas.

Embora tenha sido dada missão de posse da área do Imbé, e feito o depósito correspondente por parte da SUPRA, grileiros e latifundiários, num frontal desrespeito às autoridades, armaram seus capangas e não permitem que ninguém se aproxime das terras que não lhes pertencem. Apenas os donos da Usina do Cupim aceitaram as decisões da Justiça. O ofício enviado tem a finalidade de pedir ao sr. Pinheiro Neto que tome providências energéticas.

**Câmara Vai Examinar os Negócios Dos Bancos**

A situação do sistema bancário brasileiro deverá ser devanada por uma comissão de inquérito da Câmara dos Deputados, se constituída ainda esta semana, por requerimento dos deputados Guilherme Machado (Minas Gerais) e Marco Antônio Coelho (Guanabara).  
De acordo com o requerimento, a comissão de inquérito da Câmara deverá examinar os lucros do sistema bancário; o redocento no Banco do Brasil; operações cambiais; obtenção de cartas patentes; sigilo bancário; vinculação dos estabelecimentos de crédito entre si e suas inter-relações com empresas da natureza industrial, comercial, imobiliária, de financiamento e de investimento.  
A comissão parlamentar de

inquérito terá nove membros e funcionará por um período de 180 dias, com uma verba de dois milhões de cruzeiros para poder trabalhar.

**APOIO DOS BANCARIOS**

A assembleia dos bancários de domingo aprovou,

por unanimidade, um voto de louvor aos deputados Guilherme Machado e Marco Antônio Coelho. Ao ler o texto do requerimento de constituição da comissão, o líder bancário Aluísio Falcão afirmou que a devassa do sistema bancário é uma necessidade e que os bancários sempre a desejaram.

**Apoio aos bancários**

**Paralisação Total em Manaus e Solidariedade em Paranaquá**

A greve geral dos bancários, que atingiu as principais cidades do País, alcançou o dispositivo da solidariedade operária, que paralisou vários outros setores, alcançando as proporções de greve geral nas cidades de Manaus e Paranaquá.

**CGT VAI A MANAUS**

A eclosão do movimento de solidariedade aos bancários, decretado, sexta-feira, dia 27, pelo Comando dos Trabalhadores de Manaus paralisou as atividades da capital amazense, atingindo cerca de cinco mil operários.

Contra a manifestação dos trabalhadores, voltou-se a ira do governador-moambel, Plínio Coelho, que aprestou-se em tentar reprimir o movimento grevista, determinando a prisão de todos os dirigentes sindicais da capital. No entanto, o plano sinistro não pôde ser executado com todos os seus detalhes, e a prisão de três dirigentes sindicais fez com que se seguisse para Manaus a comissão do CGT, comandada por Mello Bastos, acompanhado de um emissário da Casa Civil da Presidência da República.

O embarque da comissão em direção à capital amazense deve-se às providências tomadas pela Federação dos Estudantes e ao CGT, que mostraram aos representantes do governo federal as arbitrariedades cometidas pelo governador Plínio Coelho e particularmente a prisão do líder portuário Antôgnio Vianna.

**PARANAGUA PAROU**

A mesma hora que os trabalhadores de Manaus, de 10 mil operários de Paranaquá declararam-se em greve geral. O movimento pa-

redista de solidariedade aos bancários havia sido iniciado pelo Sindicato da Orla Marítima, no dia 24, terça-feira, e não teria evoluído se não fosse a atuação atribulada do capitão dos Portos, que lançou-se em declaração contra os dirigentes sindicais, afirmando que daria cinco dias de prisão para cada dirigente sindical em greve.

O capitão dos Portos não conseguiu punir ninguém graças às outras categorias profissionais que se declararam em greve de solidariedade por determinação do Forum Sindical de Debates de Paranaquá.

**Brizola Nos Metalúrgicos: CGT é Autêntico Representante Dos Trabalhadores**

A nota divulgada pelos ministros militares foi bastante feliz quando mostrou ao povo brasileiro as forças antidemocráticas que, encabeçadas pelo governador da Guanabara, querem colocar o Brasil na condição de uma república a serviço de potências e de grupos estrangeiros. Foi o que afirmou o deputado Leonel Brizola, na noite do dia 1.º, durante o grande ato público de desagravo ao CGT, realizado no Sindicato dos Metalúrgicos da Guanabara, com a presença de mais de cinco mil pessoas.

Em seu discurso, o deputado assegurou que "o pronunciamento dos ministros militares abre uma nova fase da vida política brasileira, isso porque os militares entraram no processo político pelas rotinas, apontando à Nação os verdadeiros empecilhos à libertação do Brasil". Continuou o sr. Leonel Brizola: "A declaração dos chefes das nossas Forças Armadas está revesada de um grande caráter legalista, pois nós devemos ter como certo que nossos ministros não falam pelas entrelinhas".

Referindo-se à situação geral do País, afirmou que "a única solução é a unidade e a ação conjunta de todas as forças populares na luta pela vitória do povo, contra o antipovo, que é representado no Brasil pela ação deletéria de políticos vendidos a grupos estrangeiros".

Depois de condenar os ataques contra o CGT, legítimo órgão representante dos trabalhadores, Brizola declarou que "o direito de greve é um direito que além de estar assegurado na Constituição, é uma conquista das forças populares, e não pode ser limitado sob nenhum argumento, pois se os trabalhadores vão à greve é porque a exploração a que estão submetidos não mais lhes permite sequer continuarem a viver como pessoas humanas".

Concluindo, o deputado Leonel Brizola ressaltou a

clareza com que a nota dos chefes militares vê os inimigos da Nação, esclarecendo, entretanto, que "não cabe às forças populares a tarefa de minorar extremidades", pois, como afirmou o seguri, "nós não somos de maneira nenhuma uma minoria, ao contrário somos a esmagadora maioria, e os senhores ministros devem saber disso".

**PACHECO PELO CGT**

Falando em nome do CGT, o presidente da Federação dos Estudantes, Oswald Pacheco, declarou que "a classe operária não está disposta a retroceder em nenhuma frente, pois os avanços conseguidos até hoje, são o resultado, de muitos anos de luta dos trabalhadores brasileiros".

Analisando a manifestação dos ministros militares,

**SG: GREVE DOS OFICIAIS DA PM ALCANÇA VITÓRIA**

Florianópolis (Do correspondente) — Em decorrência da disposição de luta dos oficiais da Polícia Militar e da solidariedade popular encabeçada pela Frente Operário-Estadual e Popular desta capital, o governo do Estado prometeu enviar, dentro de dias, mensagens à Assembleia Legislativa equiparando os vencimentos do pessoal da polícia aos dos oficiais das forças armadas.

Esse primeiro passo vitorioso foi conquistado após uma greve de 12 dias, período em que 61 oficiais se recolheram voluntariamente ao 2.º Batalhão da Polícia Militar, reivindicando a equiparação ora prometida pelo governo. Para que se tenha uma idéia da disparidade, basta dizer que um capitão da corporação está recebendo atualmente salários inferiores aos dos sargentos das forças armadas.

Os oficiais tiveram apoio efetivo de todas as organizações estudantis, do CGT, da Associação dos Servidores Públicos e dos sargentos, cabos e soldados.

o líder operário declarou que "o Exército vem mantendo sua tradição democrática que remonta ao século passado, quando os militares não aceitaram o papel de capangas do mato. Hoje, essa tradição democrática o incorpora à nossa luta pela libertação do Brasil do jugo monopolista do imperialismo norte-americano. Por outro lado, os agentes que agem em nome dos estrangeiros frearam para defender seus interesses em nosso País, devem saber que nós estamos unidos e que esse união é mala forte de que qualquer associação das classes chamadas produtoras. Referindo-se aos ataques que vem sendo desenvolvidos contra o CGT, disse o líder operário: "Quando reprimiamos as declarações do general Peri Bevilacqua não confiávamos em nosso físico e sim na força da classe operária, pois unidos a essa força temos a certeza de que nenhuma patente vai tirar o CGT do lado dos trabalhadores. Oswald Pacheco, analisando a posição tomada pelo governador do Amazonas durante as greves que se processaram naquele Estado, declarou que "o sr. Plínio Coelho adotou uma posição monstruosa que não conseguiu desunir a classe operária, mas serviu para desmascarar o falso trabalhista que, ao invés de estar do lado dos trabalhadores, está ao lado dos assassinos do povo".

O líder portuário concluiu apelando para a união e para a organização de todos os trabalhadores brasileiros na luta pelas reformas de base, afirmando que os trabalhadores devem desenvolver uma luta conjunta contra aqueles que querem fazer da conciliação uma forma eterna de política, pois a conciliação prejudica os interesses da Nação e os trabalhadores.

**LELLIS, UNE E UBES**  
Além do deputado Leonel Brizola e do representante do CGT, falaram também o presidente do Sindicato dos

Metalúrgicos, José Lellis da Costa, o vice-presidente da UBES, Marco Aurélio Borba e o presidente da UNE, estudante José Serra, que denunciou a intenção das chamadas classes produtoras que querem deflagrar um "lock-out" contra o povo, afirmando, entretanto, que "os bancários estão enganados quando pensam que podem fechar os bancos, pois a única força capaz de fechá-los é a unidade que atingiu a classe bancária. E assim como os banqueiros não podem fechar seus bancos ao povo, os outros representantes dessas pretensas classes produtoras devem saber que não podem fechar coisa nenhuma."

Afirmou ainda o presidente da UNE, que "as classes ditadas produtoras estão unidas pela sanha de lucros, enquanto as forças populares estão aglutinadas pela libertação do Brasil, e é necessário

**Ajuda a NOVOS RUMOS**

- Barbeiro de Colégio (Rio-GB) .. 100,00
- Amigo de Colégio (Rio-GB) .. 50,00
- Hoteleiros (Rio-GB) .. 900,00
- Marítimos Patriotas (Rio-GB) .. 1.000,00
- Elias Nicolau Martins (Rio-GB) .. 2.000,00
- José Lima da Silva (Rio Bonito-RJ) .. 100,00
- Um amigo de Nilópolis (RJ) .. 200,00
- Lista de Estudantes (Rio-GB) .. 5.000,00
- Moradores de Benfica (Rio-GB) .. 1.000,00
- Amigos de Curitiba (PR) .. 500,00
- Amigos de Cosmos (Rio-GB) .. 700,00

**NOVOS RUMOS**

Propriedade da EDITORA ALIANÇA DO BRASIL LTDA.  
Diretor  
Orlando Romfim Júnior  
Diretor Executivo  
Fragmon Carlos Borges  
Redator Chefe  
Luís Cassiano  
Gerente  
Guttemberg Cavalcanti  
Redação: Av. Rio Branco, 237, 17.º andar, sala 1713  
— Telefone: 42-7844  
— Gerência: Rua Leandro Martins, 74, 1.º andar  
(Centro)  
Endereço telegráfico: NOVOSRUMOS  
EDICÃO DE MINAS GERAIS  
Redação e Administração: Rua dos Carijós, 121, 2.º andar, s/204  
Tel 4-5098 — Belo Horizonte  
Sucursal de São Paulo: Rua 15 de Novembro, 326, 8.º andar, sala 837 — Telefone 25-0453  
Sucursal do Paraná: Rua José Loureiro, 123 — 8.º andar, sala 211 — Curitiba

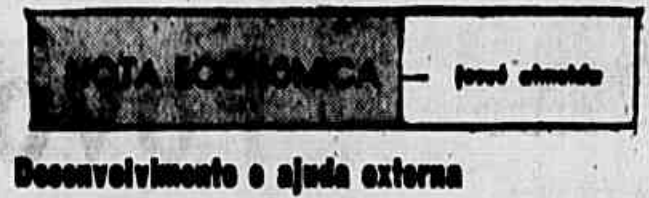
Assinaturas	
Anual	Cr\$ 1.900,00
Semestral	950,00
Trimestral	600,00

Assinatura Área	
Anual	Cr\$ 2.300,00
Semestral	1.200,00
Trimestral	800,00
Número avulso	30,00
Número atrasado	30,00



# Golpe é Para Entregar o País



Desenvolvimento e ajuda externa

## A Nota Dos Ministros Militares

Na noite de segunda-feira, dia 30, os três ministros militares, em nota conjunta, repudiaram as declarações antinacionais do governador da Guanabara prestou, em entrevista, ao jornal norte-americano "Los Angeles Times". A nota salienta que o pronunciamento de Carlos Lacerda foi o fecho de uma conspiração que as classes produtoras e grupos interessados em sustar o desenvolvimento nacional vêm tramando para impedir que o Brasil alcance sua emancipação econômica. O documento dos ministros militares indica que, encabeçando a campanha contra o novo País, estão o governador da Guanabara e o de S. Paulo, Ademar de Barros. É o seguinte o texto da nota: "Jornal norte-americano publica, em primeira mão, entrevista do Governador da Guanabara, concedida ao Sr. Julian Hart, correspondente no Brasil do 'Los Angeles Times', em que, a par de suas costumeiras injúrias ao Governo brasileiro, o referido entrevistado procura apresentar nosso País como qualquer república subcolônica, mendigando esmolas, o nosso povo, um povo desfraldado, incapaz de orientar-se sem tutelas estrangeiras, entregue a um bando de saqueadores comunistas. Não causou nenhuma surpresa o aparecimento deste 'fato novo', lançado de acordo com a técnica conspiratória aprendida pelo entrevistado, quando líder da Juventude Comunista. Em toda esta vastíssima campanha de agitação que está sendo conduzida para levar o País à desorientação e à desordem, inclusive com ameaça de 'lock-out', com a paralisação de setores da vida econômica do País, fechamento da indústria, e de comércio, inclusive de medicamentos e de gêneros alimentícios, que o Governo já vem denunciando a opinião pública, sentiu-se que estava sendo apanhado, e, portanto, que o fecho revelou-se, e revelou-se de maneira mais lamentável, inesperada e impatriótica, ferindo os brtos do povo e atingindo a própria dignidade das Forças Armadas, existentes no instante em que o Ministro da Fazenda desempenha em Nação amiga missão da maior importância para os interesses nacionais. As dificuldades econômicas e sociais do País estão sendo agravadas pelas manobras de minorias extremistas. De um lado, os produtores da revolução procuram destruir as lutas de classe.

De outro lado, agitam-se os grupos interessados em conter o desenvolvimento e fazer regressar a evolução social e a emancipação econômica do Brasil. Sucedem-se as provocações como esta, e outras, também, do Governador de São Paulo, que ainda ontem, insultava o poder constituído da República, o que mostra a estranha criação de um organismo de agitação e de desordem. Um brasileiro, exercendo honroso cargo público em sua Pátria, dá-se ao desplante de, utilizando correspondentes estrangeiros e modos de divulgação estrangeiros, investir caluniosamente, em País estrangeiro, contra as autoridades de nosso País, escovadas livremente pelo povo, atribuindo-lhes intus malis e impatrióticas; investindo contra as Forças Armadas de seu País, atribuindo-lhes conciliabulos de traidores; investindo contra o poder de seu País, atribuindo-lhe predicados de subserviência, de ignorância, de incompetência e de incapacidade, para lutar pela emancipação de sua Pátria. Em toda sua entrevista, falou apenas a voz de um mau brasileiro. Neste momento em que a Nação, confiando no patriotismo e na dedicação de seus verdadeiros filhos, orientada pela sua Excelência o Senhor Presidente da República, e o brasileiro que é o Presidente de todos os brasileiros e não apenas o porta-voz de pretensões elites nacionais — clama ansiosamente por paz e harmonia para trabalhar e progredir, os Ministros Militares, a par de repudiar totalmente a ação deste mau cidadão, conclamam as forças vivas da Nação a correr fileiras em torno das autoridades constituídas, da Lei e da ordem, para que possam ser atingidos os objetivos que nos sustentam e que viverão, temos a certeza disto, num grande País, sob uma civilização verdadeiramente cristã. Na preservação da autoridade do Presidente da República, da ordem, da lei e do regime, as Forças Armadas advertem que serão inflexíveis, rigorosas e decididas na ação preventiva e eficaz na defesa da Nação.

As dificuldades econômicas e sociais do País estão sendo agravadas pelas manobras de minorias extremistas. De um lado, os produtores da revolução procuram destruir as lutas de classe.

As dificuldades econômicas e sociais do País estão sendo agravadas pelas manobras de minorias extremistas. De um lado, os produtores da revolução procuram destruir as lutas de classe.

A reputação entrevista do apátrida Carlos Lacerda a um jornal norte-americano foi o ponto culminante, até agora, da propaganda e preparação do golpe entreguista em plena marcha. A abjeta atitude assumida por Lacerda é sua parte no plano, intensificado especialmente após o recente julgamento do TFR cassando as concessões de FFA e Hanna. Lembremos aqui outros aspectos do plano, anteriores: 1 — o funcionamento a pleno vapor de um dispositivo a serviço da "guerra psicológica", montado nas Secretarias de Segurança da Guanabara e de São Paulo, chefiadas respectivamente pelo coronel Gustavo Borges e general Adélio Barbosa, golpistas profissionais. Segundo denúncia publicada pela "Folha de S. Paulo" (28 de setembro último), esse dispositivo vem promovendo ondas sucessivas de boatos e notícias alarmistas, em combinação com um outro dispositivo, mantido por pátrios militares, e cuja frente se encontram os generais Cordeiro de Farias, Orlando Geisel e Ernesto Geisel. De acordo com a referida denúncia (não contestada), essas militares estavam ligados ao antigo chefe do Serviço Secreto do Exército, coronel Carlos Alberto, em combinação com o IBAD e o IPES, articulando e levando à prática o movimento de "solidariedade" das forças reacionárias à provocação lançada pelo general Peri Bevilacqua contra os sargentos e o movimento sindical, em particular o COT;

2 — a preparação que se faz oficialmente em S. Paulo, sob a direção pessoal de Ademar de Barros, para a resistência armada às reformas de base e às reivindicações dos trabalhadores. Na última semana, o governador de S. Paulo chegou a anunciar, abertamente e em insolente tom de desafio, sua disposição de empunhar armas "em defesa da lei". Ademar não só vem distribuindo armas aos latifundiários e grupos terroristas, de São Paulo, mas inclusive está mandando arma-

mentos para outros Estados, como ficou comprovado há poucos dias ao ser apreendido um carregamento de armas, no Rio, procedentes de São Paulo; 3 — a atitude provocativa de setores reacionários como os banqueiros, pretendendo não discutir sequer com os bancários a renovação do contrato de trabalho e encaminhando-se na disposição de não atender às reivindicações dos trabalhadores e de retirar-lhes direitos já adquiridos e consolidados. Assinala-se que o presidente do Sindicato dos Bancos, Melo Flores, é diretor em nosso País do Manhattan Chase Bank, do grupo Rockefeller;

4 — a articulação do lock-out pelas organizações representativas das chamadas "classes produtoras", tendo à frente a Associação Comercial da Guanabara, presidida pelo conhecido golpista Rui Gomes de Almeida. Especulando com a greve dos bancários provocada intencionalmente pela intrinsecidade dos banqueiros, aquelas entidades patronais visavam suspender o funcionamento de toda a indústria e todo o comércio — inclusive de gêneros alimentícios e produtos farmacêuticos — para levar ao máximo o clima de pânico propagado do golpe.

Estes são alguns elementos apenas da articulação golpista, os mais evidentes. Por trás deles, desenvolve-se a conspiração. E ao seu lado, desencadeia-se uma furiosa campanha contra as forças nacionalistas e democráticas, especialmente contra o movimento sindical, atingindo em primeiro lugar o Comando Geral dos Trabalhadores. Nesse quadro, surge a abjeita entrevista de Lacerda. O repente apátrida falou a um jornal norte-americano, o "Los Angeles Times", sendo a entrevista difundida pela Associated Press. Em resumo, depois de repetir suas costumeiras provocações, Lacerda prevê a derrocada do governo do sr. João Goulart; até o fim do ano e pede aos Estados Unidos que nos tratem como uma "filial". Eis textualmente o que disse o apátrida: "Descartando a bem intencionada ideia americana de 'vamos ajudar esse país', disse o Governador que 'já é tempo de olharmos uns para os outros como associados, e dizer: que está

acontecendo à nossa filial democrática na América do Sul?'. Quer dizer: para Lacerda o Brasil é uma filial dos Estados Unidos, do mesmo modo que a Esso Brasileira de Petróleo é uma filial da Standard Oil. E a uma matriz não se pode negar o direito de intervir na filial, sempre que considere necessário faz-lo. A ideia de intervenção é, aliás, defendida na entrevista pelo próprio Lacerda. Eis outro trecho textual da entrevista:

"Exprimindo uma real preocupação de que o Brasil, talvez mais cedo do que os brasileiros imaginam, possa 'caminhar não para trás, mas para a frente, para a normalidade', Lacerda disse que este seria o momento em que a 'cooperação e compreensão' americanas seriam mais aplicáveis."

O ato de traição à Pátria consumado por Lacerda, despertou a mais profunda e legítima indignação em todo o País. Através da nota oficial assinada pelos três ministros militares, o Governo repeliu a provocação, denunciando os governadores da Guanabara e de São Paulo como cúmplices numa trama golpista. Há nessa nota, contudo, referências absolutamente despropositadas a "minorias extremistas", retiradas do supradito jargão anticomunista. De que "minorias" se trata, afinal — os trabalhadores, as massas populares, a juventude empenhada na luta pela emancipação nacional e as reformas de base e que constituem, não uma "minoria", mas a esmagadora maioria da sociedade brasileira? No Brasil de hoje, "minorias" é o IBAD, o BANCAP, o Sindicato dos Bancários e os círculos reacionários dos velhos partidos, enquanto a maioria é representada pelo CGT, a Frente de Mobilização Popular, a UNE, a FPN e, em geral, as forças nacionalistas e democráticas. Esse, portanto, o ponto fraco e falho da nota dos ministros militares, que, entretanto, em essência, repete a afronta desfechada por Lacerda contra a honra nacional e aponta ao povo a trama golpista em curso. Para enfrentar e derrotar essa trama antinacional não pode o Governo seguir outro caminho senão o de apoiar-se na maioria da Nação — os trabalhadores, o povo, os patriotas.

Desenvolvimento e ajuda externa

Desenvolvimento e ajuda externa

Desenvolvimento e ajuda externa

Desenvolvimento e ajuda externa

Desenvolvimento e ajuda externa

Desenvolvimento e ajuda externa

Desenvolvimento e ajuda externa

Desenvolvimento e ajuda externa

Desenvolvimento e ajuda externa

Desenvolvimento e ajuda externa

Desenvolvimento e ajuda externa

Desenvolvimento e ajuda externa

Desenvolvimento e ajuda externa

Desenvolvimento e ajuda externa

Desenvolvimento e ajuda externa

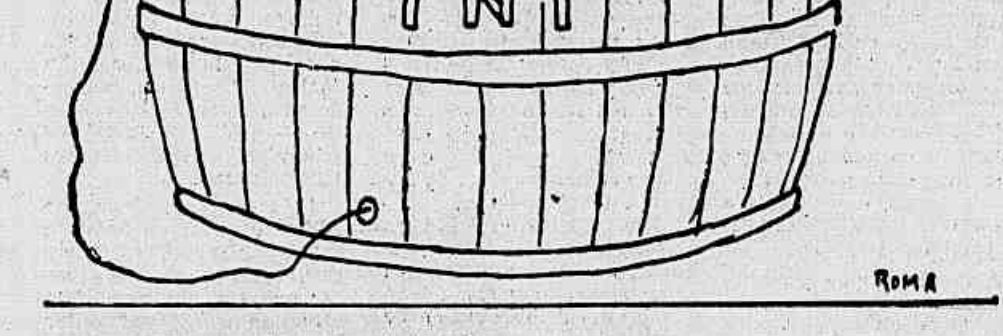
## CGT Ordena Mobilização de Todos os Trabalhadores

O Comando Geral dos Trabalhadores, a propósito dos últimos acontecimentos políticos, lançou manifesto, após reunião realizada na sede do Sindicato dos Metalúrgicos com representantes do Pacto de Unidade e Ação, da Comissão Permanente das Organizações Sindicais, da UNE e da UBEZ, no qual aplaude o pronunciamento dos ministros militares contra os governadores Carlos Lacerda e Ademar de Barros, reafirma sua luta pelas reformas de base e conclama as organizações e entidades sindicais a mobilizarem os trabalhadores e contra qualquer tentativa de interrupção do processo democrático. É o seguinte, na íntegra, o manifesto distribuído pelo CGT:

"Ao povo brasileiro e aos trabalhadores: O Comando Geral dos Trabalhadores, face à nota divulgada pelos ministros militares, vem de público expressar sua opinião sobre os fatos que agitam neste momento a vida política nacional. I — Reafirmamos que as causas da inquietação, das greves e choques sociais existentes em nosso País por força da miséria que envolve os lares das grandes massas trabalhadoras, estão na espoliação do capital estrangeiro e no domínio do latifúndio, que oferecem ao povo brasileiro o triste espetáculo de sucessivos ministros da Fazenda se transportando aos Estados Unidos a solicitar empréstimos e negociar pagamento de dívidas com o aconete neste momento com o ministro Carvalho Pinto. II — Declaramos aos trabalhadores, ao povo, ao presidente da

República e aos ministros do Estado que estamos, como sempre estivemos, na luta pelas reformas de base e em favor do progresso do Brasil, mas não aceitaremos sem luta: que se tomem medidas de repressão ao movimento sindical e às lutas progressistas e democráticas de nosso povo, a pretexto de manter-se a ordem e a tranquilidade que nos é tirada pela espoliação das empresas estrangeiras e do latifúndio; pelas conspirações de Carlos Lacerda e Ademar de Barros, que nos tiram a liberdade democrática e sindical, visando à liquidação da luta dos trabalhadores e do nosso povo pela emancipação política e econômica do Brasil. III — Renovamos ao Governo o apoio do movimento sindical para todas as medidas que visem a baixar o custo de vida e efetivar, desde já, o processo de emancipação de nossa pátria através das inadiáveis reformas de base. Finalmente, atento ao processo conspiratório desses grupos em boa hora denunciados pelos ministros militares, o Comando Geral dos Trabalhadores conclama todas as organizações e entidades sindicais a convocarem assembleias e manterem mobilizadas suas categorias, a fim de não serem apanhados desprevidos por qualquer tentativa de interrupção das liberdades democráticas e sindicais."

Seis meses de atividades do Congresso já permitem um balanço de seu comportamento. Não obstante se tratar de uma nova legislatura, muito marcada ainda pelas frescas promessas feitas ao povo, sente-se que as duas Casas do Congresso não responderam às expectativas populares nesse meio ano de trabalho. Apenas duas leis de importância foram elaboradas: a lei relacionada com o aumento do funcionalismo civil e militar, e a do salário-família. Quanto à primeira, tratava-se de uma exigência irredutível e inadiável, sendo, pois, imposta pela situação, devendo-se assinalar que em seu bojo saíram, com aspectos impopulares, alguns dispositivos relacionados com o empêimento compulsório. Também a lei do salário-família foi aprovada com imperfeições. E verdade que nesses seis meses nenhuma lei claramente reacionária ou entreguista foi aprovada pela Câmara ou pelo Senado, provando isso que o grupo parlamentar progressista hoje já dispõe do poder de veto dentro do Congresso. Mas, de outro lado, é indispensável concluir que as grandes leis exigidas pelo povo como que abriram caminho para a promoção de reformas não foram promulgadas. Assim, se temos força para barrar o caminho da reação



CIÊNCIA DE BARBA — marco antônio

### Inoperância do Congresso

Inoperância do Congresso

### Palácio Tiradentes a política de conciliação promovida pelo Executivo; muito justamente, dezenas de deputados nacionalistas criticam as dubiedades do presidente, seus atos contraditórios, suas omissões e até captulações diante dos grandes inimigos do povo brasileiro. Ninguém consegue defender o sr. João Goulart de muitas críticas que lhe são feitas pela solução de problemas populares ou urgentes. Esta política em ziguezague repercute diariamente na Câmara, e insiste o Presidente da República em não exercer a pressão necessária para que se votem as reformas de base.

Devido a todos esses fatores, a Câmara sente-se paralisada e amedrontada. Os acontecimentos políticos são a comecimento quando são desmascarados gritantes. O Parlamento a dot a conscientemente a política da avestruz, escondendo a cabeça para não ver a borrasca crescente que vem se aproximando. Qualquer diminuição do clima de crise é saudada com o maior entusiasmo. Assim, os problemas vão sendo postergados, o que vai correndo o resto de esperança que o povo deposita no Congresso.

Em tal quadro, o Congresso so reage diante de fatos altisonantes e clamorosos, ante as crises e a possibilidade de seu aguçamento.

### FORA DE RUMO

FORA DE RUMO

FORA DE RUMO

### FORA DE RUMO

FORA DE RUMO

FORA DE RUMO

### FORA DE RUMO

FORA DE RUMO

FORA DE RUMO



# Povo Português em Luta Para Derrubar Salazar

## DIFUSSÃO DA CULTURA

Acaba de completar 15 anos o Museu da Silesia, com sede em Wrocław, Polónia. Nesse período, essa instituição desenvolveu um importante trabalho de difusão cultural. Suas galerias de pintura polonesa, fotografia artística, artesanato e de arte medieval foram visitadas por 2.500.000 pessoas. Funcionários do Museu proferiram cerca de 6.000 conferências em escolas, clubes e casas de cultura. Em 700 localidades da região da Baixa Silesia foram realizadas exposições, com um total de 1.500.000 visitantes. A instituição promove, também, concertos de música clássica e exibições cinematográficas sobre a história da Arte, além de controlar outros 12 museus regionais.

## HUNGRIA EXPORTA

A indústria húngara de metalurgia e mecânica fabricou no ano de 1962 artigos de exportação no valor de 20 bilhões de florins, isto é, mais 2 bilhões que no ano anterior. A Fábrica de Máquinas de Budapeste produziu, em 1962, quase 700 máquinas pesadas, particularmente os tornos E-400, premiados em exposições internacionais. Onde a exportação assumiu maiores avanços foi no ramo de instalações de transmissão, com 150% de aumento. Um aparelho desse tipo, produzido na Fábrica de Telecomunicações BHO, possibilita doze conversações telefônicas, num par de linhas ocupadas, ao mesmo tempo.

## FUGIRAM DE BOÏM

Continua a crescer o número de cidadãos da Alemanha ocidental que se transferem para a República Democrática Alemã. No mês de agosto último, foram acolhidos nos estabelecimentos existentes ao longo da fronteira ocidental da RDA um total de 1.112 alemães vindos da RFA. Depois de permanecerem de 10 a 15 dias nos postos de acolhida, foram encaminhados para várias cidades, onde receberam trabalho e moradia. Somente na última semana de agosto, chegaram 239 emigrantes, entre eles 76 jovens de 19 a 25 anos.

## CAME NÃO IMPEDE

O comércio exterior da Tchecoslováquia aumentou, nos últimos três anos, de 26%. No mesmo período, as operações comerciais tchecas com os países do Conselho de Ajuda Mútua Econômica (CAMU), subiram de 40% e com os países em desenvolvimento, de 19%. O aumento das transações com os países asiáticos foi de 35% e com os africanos de 18%. Porta-voz do governo, falando na inauguração da Feira Internacional de Berne, afirmou que esses dados provam não constituir um impedimento para a intensificação do comércio com todos os países do mundo — como procuram insinuar alguns imperialistas — o desenvolvimento da colaboração entre as nações integrantes do CAME.

## VERDI NA URSS

Preparam-se na URSS as comemorações do 150º aniversário de nascimento de Verdi, um dos mais populares compositores estrangeiros no país. Verdi esteve duas vezes na Rússia. Suas óperas foram interpretadas pelos mais famosos cantores, como Shalopin, Sobinov, Barsova e outros. São enormes as tiragens das obras do grande compositor italiano na União Soviética. Somente o livro de "Aida" foi editado vinte vezes. O Ministério das Comunicações contribuirá para as comemorações com o lançamento de um selo com o retrato de Verdi. Os principais atos serão realizados no dia de seu nascimento, a 10 de outubro.

## MILAGRO DO DESERTO

O canal de Kara-Kumi, com 800 quilômetros de extensão, foi construído em tempo recorde nos desertos da Ásia Central, irrigando a dezenas de milhares de hectares de terras, transformadas em florescentes hortos, algodões e vinhedos. O canal liga o rio Amu Daria à capital da Turcomênia, Ashkabad. Um trecho de 280 quilômetros (a terceira parte) foi construído em oito meses. Na primavera deste ano, somente o oásis de Murgab recebeu 125 metros cúbicos de água por segundo, e a barragem de Kau-Kan receberá 250 milhões de metros cúbicos de água do rio Amu Daria. O canal Kara-Kumi está transformando a vida dos turcomenos: em suas margens, plantam-se parques floridos, edificam-se hotéis, constroem-se praias, casas para pescadores e cabanas para esportistas.

## RÁPIDA RECUPERAÇÃO

O estaleiro de Shinpo, na República Democrática Popular da Coreia, havia sido reduzido a cinzas pelos norte-americanos. Hoje, foi transformado numa importante base material da indústria pesqueira do país. No período de 1964/62, foram ali reparadas 1.966 embarcações de vários tipos e foram construídos 1.379 novos barcos para pesca.

## INDÚSTRIA FARMACÉUTICA

Antes da guerra, quase todos os medicamentos e injeções eram, na Bulgária, importados do estrangeiro. Hoje, mais de 80% dos produtos farmacêuticos são produzidos no país. As empresas fabricantes de medicamentos produzem mais de 1.800 tipos, alguns deles muito procurados por outros países. Somente a empresa química-farmacêutica de Sofia fabrica cerca de 660 medicamentos e a maioria é exportada para a Polónia, URSS, Hungria, Coreia, Vietnã, Iugoslávia, RFA, Suíça, Itália, Irã, Iraque, Cêlia, Sudão, Guiné, etc. Destruída de grande conceito no exterior o preparado antituberculoso "INA-17", bem como o "Belason" (contra a doença de Parkinson) e a famosa "Nivalina", de grande efeito curativo contra a poliomielite.



Mais de meio século decorreu desde que o povo português, em levantamento irreprimível, derrubou a Monarquia dos Braganças e implantou a República. A jornada heroica do 5 de outubro de 1910 não teve, entretanto, as consequências que dela esperavam as massas operárias e camponesas do país irmão.

A revolução republicana não foi traidora: foi assassinada quando mal principiava a sentir os seus efeitos sobre as estruturas arcaicas de uma sociedade senil e estagnada. Teve o destino de muitas outras revoluções democrático-burguesas que, como ela, nasceram marcadas por um idealismo ingenuo vale dizer pelas mais petripadas ilusões.

Acreditavam os patriotas de 1910 que pelo simples poder da lei e pelo amor da dignidade humana era possível transformar em profundidade a vida e as perspectivas de um povo. Retomando mitos que a própria Revolução Francesa se havia encarregado de desfazer depois de os criar, os republicanos portugueses trataram de realizar o necessário olvidando o principal. Liquidaram os privilégios da Igreja; instituíram o ensino público obrigatório e gratuito, o divórcio e o casamento civil, o sufrágio universal; democratizaram uma administração feudal — abeirram, numa palavra, Portugal à penetração das ideias renovadoras que então principiavam a varrer a Europa. Mas, embora atacando o privilégio aqui e ali, deixaram-no intacto no essencial, não atacando a estrutura de classe da sociedade portuguesa.

O golpe fascista de 28 de maio de 1926 surgiu assim como o desfecho lógico de um processo cuja primeira manifestação fora a ditadura militar de Sidónio Pais durante a Grande Guerra. Os setores mais reacionários da burguesia, ligados às cliques militares, ao imperialismo inglês e ao capital monopolista europeu, assassinaram a República, sufocando as esperanças que ela havia suscitado.

Salazar, bom discípulo de Maurras apareceu, a seguir como homem providencial para a tenebrosa oligarquia que se apoderara do poder. Era a mureta do fascismo. O Estado Novo foi concebido nos moldes do "imperialismo munitário". Mais reacionário ainda, se possível, se não o demonstra o fato de a estrutura agrária feudal do sul não ter sido alterada (toda a província do Alentejo é ainda hoje uma imensa successão de latifúndios onde um milhão de

camponeses sem terra trava uma luta dramática para sobreviver).

## LUTAS

Durante longos anos, a luta do povo português contra a abjeta tirania de Salazar, embora permanente, tenaz e heroica, não pôde elevar-se a um nível superior. A ausência de uma unidade sólida e atuante entre as forças que combatiam o fascismo, a existência de um poderoso e eficiente aparelho de repressão e o apoio maciço dispensado pelas potências imperialistas ao ditador colimbrado avultam entre as principais razões que explicam o atraso sofrido pelo processo de desagregação do regime.

Não há exagero na afirmação de que nos vinte anos que mediam entre a guerra de Espanha e a campanha "eleitoral" de 1958, o Partido Comunista Português se encontrou, não poucas vezes, praticamente só em campo. Sobre o contido, manteve-se à altura dessas pesadíssimas tarefas. Conservou vivo entre as massas o espírito de luta, insistindo paciente, incansavelmente, em todas as formas de combate, legais, semilegais e ilegais pelas mais variadas reivindicações.

Foi essa uma viva e rica experiência, cujos resultados vieram claramente à luz do dia quando se abriram novas perspectivas às grandes lutas populares de massas, no decurso e na sequência da farsa eleitoral de 58 em que se estabeleceu a unidade de todas as forças democráticas — católicas, socialistas, liberais, comunistas e monárquicas — em torno da candidatura do general Humberto Delgado.

Nunca mais o fascismo se recuperou dos profundos golpes então sofridos. Vagas sucessivas de terror policial não conseguiram abalar o ânimo do povo, robustecendo pelo contrário a sua determinação de luta. E com o desencadear da guerra colonial, primeiro em Angola e depois na Guiné dita Portuguesa, agravaram-se as condições do regime, enfraquecendo as suas bases de sustentação.

## GUERRAS CRIMINOSAS

Cabe assinalar que desde a primeira hora, muitos anos antes de quaisquer grupos ou entidades políticas se terem manifestado publicamente contra o colonialismo fascista de Salazar, já o Partido Comunista Português havia fixado a sua posição, defendendo o irrestrito direito à autodeterminação dos po-

vos das colônias. Essa atitude é tanto mais digna de registro quanto precedeu largamente idéias tomadas de posição assumidas por outros partidos irmãos de Europa Ocidental em relação ao problema da independência das nações africanas subjulgadas.

Financiada pelas imperialismos americano, britânico e alemão-occidental, igualmente interessados em se apossarem das imensas riquezas daquele território, a guerra que assola Angola desde março de 1961 só aproveitou aos grandes monopólios internacionais e portugueses que apoiem o fascismo lusitano.

O povo de Portugal, que não é colonialista, manifestou sempre a sua repulsa pela campanha de genocídio desencadeada pelo ditador fascista. Prova disso são os constantes levantamentos das unidades expedicionárias, os protestos e choques no embarque de tropas, o número crescente de soldados e oficiais que desertam e clamam os seus companheiros a limitá-los.

Mais de 100.000 angolanos e quineses foram massacrados ao longo de dois anos de guerra ininterrupta; 300.000 refugiados angolanos amontoados em condições de indescritível miséria nas zonas fronteiriças do Congo, onde se accheram na sua fuga aos bombardeamentos da aviação salazarista.

Entretanto, a economia portuguesa — já de si a mais subdesenvolvida da Europa — deteriora-se acerbamente marchando para um colapso total. Ao fenómeno não é também estranho o fato de 100.000 jovens terem sido chamados às fileiras e enviados para o acougo das guerras coloniais em África... Tudo isso para quê? Para servir a oligarquia salazarista e os interesses dos monopólios estrangeiros que são donos de Angola como o demomônio irredimivelmente a lista divulgado em todo o mundo pelos nacionalistas angolanos.

## POVO REAGE

Uma situação dessas não podia deixar o povo de Portugal indiferente, assistindo passivamente à sua própria liquidação. A partir de outubro de 61, principalmente, as lutas populares assumiram uma extraordinária amplitude. A combatividade, o heroísmo, a firme disposição das massas de conquistar rapidamente a liberdade afirmam-se cada vez mais.

As grandes lutas e manifestações de outubro-novembro de 61, de que participaram centenas de milhares de pessoas, as manifestações de 31 de janeiro

no Porto, as manifestações de mulheres no dia 8 de março, as grandes greves e manifestações estudantis que, em 1962, durante dois meses fizeram as universidades fechar as suas portas, as potentes manifestações dos dias 1 e 8 de março desse ano e as do 1º de maio do ano corrente em que mais de 100.000 pessoas, enfrentando corajosamente o brutal aparelho repressivo, ocuparam as ruas do centro de Lisboa durante largas horas, a manifestação de Setúbal de 28 de maio, as lutas e greves de centenas de milhares de assalariados rurais pela jornada das oito horas de trabalho, as múltiplas ações de resistência dos soldados patriotas contra a guerra colonial — mostram um vigoroso ascenso do movimento popular e são um índice da radicalização política e do espírito de combate do povo português, o que constitui um motivo de orgulho para as forças democráticas e, de modo especial, para o Partido Comunista Português promotor e organizador da maior parte dessas lutas.

## REPRESSÃO BRUTAL

Todas essas vitórias não foram nem podiam ser alcançadas sem pesadíssimos sacrifícios. Salazar, à medida que sente avizinhar-se o fim do seu regime odioso, aumenta a ferocidade da repressão policial.

De Norte a Sul de Portugal arredam-se as prisões. Na PIDE, homens e mulheres sofrem sérias torturas e a incomunicabilidade durante meses seguidos. Patriotas são assassinados, como foi o caso de José Dias Coelho, autor desse vibrante brado anticolonial que é o livro "RESISTÊNCIA EM PORTUGAL", editado no Brasil após a sua morte.

O chamado Tribunal Pleno, sem dar aos acusados possibilidade de defesa e sem atender a provas aprazíveis e severíssimas condenações. Nos réus salazaristas a crueldade mais refinada tornou-se mera rotina. Caxias, Albuque, Penche, a PIDE do Porto, Paços de Ferreira são outros tantos nomes que evocam nas famílias dos presos calafrios idênticos ao que suscita a simples menção do sinistro Tarrafal, o campo da morte lento, que Salazar reabriu em janeiro passado, atraindo para ali uma centena de patriotas africanos.

E o pior de tudo é que o cumprimento das penas não é garantia de libertação. Um elevado número de democratas enfrenta-se condenado a prisão

perpétua ao alargo das chamadas "medidas de segurança". Estão neste caso dirigentes comunistas com assinalados serviços prestados ao seu Partido e ao Povo Português, como Manuel Rodrigues da Silva (atacado de trombose cerebral mas sem receber assistência médica), Pires Jorge, Otávio Paço, António Dias Lourenço, Guilherme da Costa Carvalho e Blinqui Teixeira.

Daí a extraordinária importância das campanhas de solidariedade a estas e outras heróicas vítimas do fascismo empreendidas no estrangeiro por democratas de todas as tendências e pelos emigrados políticos portugueses.

As lutas pela ANISTIA, de que no Brasil tivemos conveniente demonstração com a realização em São Paulo da I Conferência Latino-Americana pela Anistia aos Prisioneiros e Exilados Políticos da Espanha e Portugal etc., sem dúvida, um dos mais eficazes meios de ajuda exterior ao povo de Portugal.

Atérvs das formas mais variadas, desde os atos públicos, as conferências, os protestos, a publicação de documentos, o envio de cartas e telegramas às autoridades fascistas — as campanhas em prol da Anistia têm forçado Salazar a recuar em mais de um ensejo sob a pressão da opinião pública internacional, vindo-se inclusive obrigado a permitir a presença de observadores estrangeiros nos julgamentos dos Tribunais Plenos.

O momento não pode ser mais favorável para que intensifiquemos no Brasil essa solidariedade, levando-a a atingir formas superiores e mais dinâmicas. Na altura em que se comemora o 53º aniversário da proclamação da I República Portuguesa, será essa uma maneira de significarmos a todos os patriotas do país irmão que a classe operária brasileira, os nossos estudantes e os nossos intelectuais progressistas acompanham a sua luta gloriosa e se registam com os êxitos por eles alcançados no refero constante da unidade e de organização — êxitos que tornam possível a formação da FRENTE PATRIÓTICA DE LIBERTAÇÃO NACIONAL e abrem as perspectivas mais favoráveis ao amadurecimento do processo que conduzirá ao levantamento nacional, à insurreição popular vitoriosa.

A II República Portuguesa será brevemente uma radiosa realidade.

## O NOVO LIBERTADOR

O ditador em disponibilidade Luís Bomosa, velho amigo dos Estados Unidos, está empenhado no momento em libertar Cuba. Disse que organiza na Nicarágua uma campanha de infiltração e fustigação contra o regime de Havana, que começará "com uma virulência especial". Com a grande experiência de liberdade que possui, até já marcou prazo para a derrubada de Fidel: 18 meses. Durante esse longo período de gestação, será empregada determinada estratégia. E o sr. Bomosa esclarece as formas que empregará na luta, dando todo o serviço, desde o envio de educadores, até a sabotagem e táticas de subversão "para demonstrar que o regime já não exerce controle da ilha". Mas disse que as tropas contra-revolucionárias não estão sendo treinadas na Nicarágua. Talvez em Costa Rica, que também é negra. Parece que ninguém quer assumir a paternidade de uma nova Baía dos Porcos.

## O CRIME DOS ESTUDANTES

O Departamento de Justiça dos Estados Unidos já declarou culpados quatro norte-americanos, no processo que move contra os 50 estudantes que cometeram crime de alta traição, isto é, foram visitar Cuba. Entre outras acusações, pesa sobre os estudantes a de terem "conspirado" para recrutar jovens para participarem da viagem, considerada ilegal. A "Justice" lançou um pedido a todos os jovens, que serviu para denunciar as invenções tão cuidadosamente veiculadas pela imprensa norte-americana e pelo Departamento de Estado. E isto porque os estudantes resolveram honestamente dizer a verdade. E uma delas chegou a oferecer os "democratas" de Washington, quando afirmou haver mais liberdade em Cuba que em muitos Estados do Sul.

## AS RAZÕES DA ESCOLHA

Os jornais noticiam que sofreu forte comção cerebral, em consequência de um ataque epilético, o exilado russo Victor Kravchenko, picareta internacional, e que conseguiu notoriedade com o livro "Escolhi a Liberdade". A notícia em si pouco interessa, não fosse a razão da visita de Kravchenko ao Peru (onde sofreu a crise): dia que ele visita periodicamente esse país, por ter participação em negócios mineiros. Fica assim mais claro porque o tráfugo escolheu a liberdade. E os trabalhadores em minas no Peru tomarão assim mais consciência do significado da palavra tão mal utilizada.

## DESFERA DA LEGALIDADE

Quase cem patriotas portugueses serão julgados em breve pelo Tribunal de Assuntos Políticos de Lisboa. Em princípios de novembro, 86 acusados, entre os quais antigo secretário da Juventude Católica, Manoel Serra, enfrentaram os tribunais de Salazar. Tomaram parte na rebelião de Beja (sul de Portugal), que visava, segundo as peças acusatórias, a derrubada violenta do "atual governo legal". Sem discutir a legalidade da ditadura salazarista, assinalamos apenas que a condição de católico de Manoel Serra não o fez, até o momento objeto de qualquer cuidado por parte do cardeal Cerejeira, que anda em Roma assustado com os possíveis rumos do Concílio Ecumênico, nem do cardeal Jaime Câmara, que tanta agitação fez e tirou no Brasil, em face da visita de Tito, pelos "crimes" praticados pelo presidente iugoslavo.

## ESTAVA DESPREVENIDA

A sra. Nhu, cujo cunhado acaba de vencer as eleições ultrademocráticas realizadas no Vietnã, sob o patrocínio dos Estados Unidos, anda dando umas voltinhas pelo mundo. A líder das frustradas vietnamitas não perde ocasião para falar à imprensa. Em entrevista a um jornal romano e demonstrando sólidos conhecimentos da política internacional, disse ela que "a coexistência pacífica é um mito" e passou a desfechar ataques aos sorrisos dos comunistas russos e iugoslavos, que quase a pegaram desprevenida. Mas disse que essa distração foi momentânea, pois agora já está solidamente em seu posto de luta, animada da maior determinação e disposta a resistir.

## TODAS RESPITAVEIS

O sr. Alves Pinheiro continua eufórico com a grande vitória do "sim" no plebiscito realizado no ultramar português, que por sinal não houve, por desnecessário. O sim de Angola, segundo o valoroso jornalista de "O Globo", foi apotótico e chegou a espantar os jornalistas estrangeiros. Referiu-se à recepção ao almirante Américo Tomás, onde estariam pretos, brancos, mulattos, "numa empolgante amalgama étnica e racial", e o entusiasmo chegou ao auge quando o presidente foi abraçado pela negra Esperança Vieira do Nascimento, presidente de uma associação "exclusiva para mulheres vivas ou abandonadas pelos maridos", chamada "Tristeza do Marechal Carmona e a Vergonha do Marechal Craveiro Lopes e do Almirante Américo Tomás". Acrescenta o Pinheiro que as associadas são todas "mulheres respeitáveis", pretas, reitinas. Com, se vê, é o clube das maldadas de cor.

## Há um quarto de século:

# Tratado de Munique Encorajou Hitler

Setembro, vê transcorrer um quarto de século da assinatura do chamado Tratado de Munique firmado por Hitler, Mussolini, Chamberlain e Daladier, no dia 29. A pretensão de acalmarem a fúria do "führer" que ameaçava o mundo, e que já anexara o território austríaco, à Alemanha, os representantes dos governos inglês e francês concordavam, então, em entregar à sanha do ditador nazista a República da Tchecoslováquia. Em seguida, o exército germânico procedeu à ocupação das regiões fronteiriças tchecas. Locavos, como ficara estabelecido no Tratado de Munique, o que ocorreu entre os dias 1º e 10 de outubro.

Mas, aqueles que aceitaram ceder um pouco, julgando que, com isso, salvariam a paz e a sua própria pele, não ouvindo o apelo dos que exigiam que Hitler fosse barrado em suas pretensões, cedo sentiram o resultado de sua atitude. Não terminara o ano de 1938 e os nazistas argumentavam já não lhes ser suficiente a parte fronteiriça tcheca; iam ocupar toda a Tchecoslováquia.

E, contando com os traidores nacionais, os chamados sudetos-alemães das regiões fronteiriças e seu partido chefiado por Heinlein, a Tchecoslováquia foi ocupada pelas tropas do Reich em 15 de março de 1939. Logo para Paris como para Londres tornou-se evidente que a Tchecoslováquia fôra sacrificada em vão no mês de setembro do ano anterior e que a agressão, nazista ameaçava, então, a França e a Inglaterra. Ameaçada tempos depois,

A dominação da Tchecoslováquia com a sua indústria desenvolvida, inclusive a de armamento, facilitou a tarefa de Hitler que passou a obter êxitos crescentes nas frentes da guerra. Consumada a derrota da Noruega, Holanda, Bélgica e França, os nazistas se sentiram suficientemente fortes para não mais esconder seus propósitos de escravidão dos povos. No que se referia à Tchecoslováquia decidiu Hitler destruir completamente a existência nacional dos tchecos, germanizando integralmente o país, povoando-o de colonos alemães.

O plano nazista consistia em eliminar ou transportar para fora do País a parte da nação considerada não satisfatória do ponto de vista racial. Nos campos de concentração do Reich nazista foram assassinados

300 mil tchecoslovacos. Os operários tchecos eram enviados à Alemanha para não mais voltar. Entre os anos de 1939 e 1944 foram enviados para o Reich mais de 600 mil trabalhadores. As terras dos agricultores tchecos eram confiscadas e no lugar delas chegavam os alemães. O povo sofria.

Mas simultaneamente, as guerrilhas cresciam. Enquanto a guerra antinazista prosseguia, o povo tcheco realizava manifestações de resistência de massas: greves e ações de sabotagem na indústria de guerra. Uma onda de terrorismo foi desencadeada pelos grupos de assalto SS, chefiados pelo Obergruppenführer Reinhard Heydrich. Milhares de pessoas foram presas e levadas aos campos de concentração. Mas Heydrich pagou com a vida os crimes que cometera. Guerrilheiros liquidaram-no. O ódio nazista cresceu e os massacres de inocentes redobram. As localidades de Lidice e Lezaky foram exterminadas e arrasadas.

FIM DE HITLER

Mas, a vitória da coalizão antihitlerista libertou os povos das garras de Hitler. Na conferência de Potsdam, os representantes da URSS,

E.E.U.U. e Grã-Bretanha confirmaram plenamente o direito da Tchecoslováquia de proceder à transferência da minoria alemã que atentara contra a República, perdendo para sempre — os sudetos — o direito moral de continuarem sendo cidadãos tchecoslovacos.

Após a experiência de 1938 e os anos da Segunda Guerra Mundial, os povos europeus não podiam tolerar que em qualquer data futura se pudesse aproveitar novamente a presença de

minorias germânicas no centro do continente, para desencadear os horrores de um novo cataclismo bélico. Transcorrido 25 anos, porém, remanescentes nazistas que massacraram os tchecos atualmente na Alemanha Ocidental, como Hans Globke, inspirador do "código de disposições legais sobre os judeus" e comentarista das leis racistas de Nuremberg, permanecem livres sonhando repetir os males que praticaram contra a Humanidade.

VOCE SABIA?

- 1 - Que os livros soviéticos são apreciados universalmente pelo seu conteúdo, apresentação e preços acessíveis?
- 2 - Que existe no Brasil uma organização que possui "stock" completo de livros soviéticos sobre filosofia, economia, história, política, educação, ciência e técnica, literatura, etc.?
- 3 - Que os livros soviéticos são editados também em espanhol, inglês e francês?
- 4 - Adquirir livros soviéticos, solicitando catálogos à:

AGENCIA INTERCAMBIO CULTURAL  
Rua 15 de Novembro, 228-2º andar - 209 SAO PAULO

LEIAMA

A POSIÇÃO DO COMUNISTA perante as REFORMAS DE LAI

Preço — Cr\$ 30,00

Pedidos pelo reembolso postal (para mais de 6 exemplares) à:

AGENCIA INTERCAMBIO CULTURAL  
Rua 15 de Novembro, 228 — 2º andar — sala 209 SAO PAULO



# As Reportagens Proibidas

Leandro Konder

O Centro Popular de Cultura da UNE lançou quatro livros de tipo popular, impressos com bom gosto, para serem vendidos por acionistas (dentro das possibilidades técnicas permitidas pelo elevado custo do papel e da composição). Constituem os primeiros volumes da "Coleção Reportagem", destinada a propiciar a um público mais amplo toda sorte de informações básicas no que se refere aos problemas fundamentais do nosso tempo e do nosso povo.

O primeiro volume intitulado "O AGOSTO GETULIO FICOU SO" é de autoria de Almir Matos, nosso companheiro de NOVOS RUMOS. Relata, em estilo leve e objetivo, o que se passou nos dias que precederam o suicídio do presidente Vargas. Através de dados tirados aos discursos de Vargas e aos editoriais do New York Times, Almir Matos fixa a divergência de posição entre Getúlio e o imperialismo americano quanto a diversos problemas cruciais da situação brasileira. Reconstrói-se na obra o papel desempenhado por conhecidas figuras da vida política nacional, como os sr. Eugênio Gudin, Café Filho, Juarez Távora, Carlos Lacerda e o cardeal Jaime Câmara. Esclarece-se de maneira insusceptível o caminho da conciliação com o imperialismo, Getúlio isolou-se das massas populares, tornou-se vulnerável à campanha que se desencadeou contra ele em 1954, e acabou sendo levado ao sacrifício da sua própria vida.

O segundo volume leva o título de "A TERCEIRA GUERRA" e está assinado por Lúcio Machado. Começa por uma descrição da explosão

de Hiroshima, feita por um dos raros sobreviventes da tragédia. É uma cena monstruosa. E, no entanto, lembra-nos o autor, a bomba atômica empregada em Hiroshima tinha "apenas" 8 megatons, no passo que as de hoje têm no mínimo 30 megatons...

Recorda Lúcio Machado que, faz pouco tempo, por força de um acidente causado por um "iceberg", isolando uma base norte-americana na Groenlândia, a guerra termonuclear estalou por um fio, só não se desencadeando porque na ocasião o "premier" Nikita Krushchov estava nos Estados Unidos, falando perante a Assembleia Geral da ONU, de modo que o Comando Geral tataro-dunense duvidou de que se tratasse de uma agressão soviética e hesitou em ordenar o contra-ataque. Não fosse a circunstância fortuita da visita de Krushchov, ninguém sabe como se estariam os dias.

O livro de Almir Matos pareceu-nos leitura especialmente recomendável para os representantes das tendências reformistas predispostas à capitulação em face do imperialismo. E, ao que parece, o livro de Almir já chegou a ser lido pelo sr. João Goulart, a quem teria sido entregue pelo deputado Bocaiuva Cunha. Esperemos que o presidente da República tire algum proveito da sua leitura.

O livro de Lúcio Machado, por sua vez, vem a calhar para aqueles que substituíam a luta em defesa da paz e do desarmamento, isto é, para aqueles que se recusam a reconhecer o alcance da política de coexistência pacífica na sua concepção moderna, para aque-

les que não querem admitir na prática da política de coexistência pacífica a flexibilidade que ela precisa ter para ser eficiente.

Ainda na "Coleção Reportagem", vamos encontrar dois volumes dignos do maior interesse: "Como e Onde se Aprende a Ler", de Arnaldo Ramos, e "Inflação, Arma dos Ricos", de Fausto Cupertino. O primeiro está dedicado a um exame geral do mecanismo de inflação posto a funcionar no Brasil em proveito dos trustes norte-americanos. Como os demais, é fartamente documentado e está redigido em estilo aconchegado. Trás como epígrafe a frase de George Washington: "Um favorecido não espera favores desinteressados de outra".

Por sua vez, o volume de autoria de Fausto Cupertino — "Inflação, Arma dos Ricos" — mostra como no Brasil o Governo passou a ser uma espécie de casa de Mãe Joana, onde, à exceção dos trabalhadores, todos comem. E mostra como a inflação brasileira não é misteriosa e só se torna misteriosa quando o vista através da falsa ciência do sr. Eugênio Gudin.

Para o autor, a inflação pode ser superada desde que se aplique com firmeza e resolução uma política econômico-financeira nacionalista, capaz de promover o nosso desenvolvimento independentemente das pressões impostas pelas forças retrógradas internas e pelos monopólios norte-americanos. Além de extensas fotografias, os volumes trazem caricaturas de conhecidos "charlatães" entre os quais o já famoso Jaguar, que é colaborador do jornal "O TEMPO" e do "Diário da Manhã". Uma excelente iniciativa do CPC da UNE, sem dúvida.

# Unidade e Trabalho Marcaram Encontro Nacional de Alfabetização e Cultura Popular do Recife

Zuleika Alamberti

"A verdadeira ordem é a que satisfaz necessidades, é a que corresponde às aspirações de bem-estar, é a que garante não apenas o acesso, mas o avanço das camadas humildes do domínio do conhecimento". Tais foram as palavras do presidente do MCP de Pernambuco, Miguel Nilton Arraes, pronunciadas no ato de encerramento do Encontro Nacional de Alfabetização e Cultura Popular, realizado de 15 a 21 de setembro, na cidade do Recife, e que contou com a presença de 158 delegados credenciados, 69 observadores e 22 convidados, representando 74 organizações atuantes em todos os Estados da Federação. Ao encerrar seus trabalhos, o Encontro aprovou importantes conclusões que marcarão o processo de desenvolvimento dos movimentos de alfabetização e cultura popular em todo o País.

O Seminário foi convocado pelo Ministério da Educação e promovido pelo governo pernambucano através do Movimento de Cultura Popular de Pernambuco.

## UNIDADE

Falando à reportagem os representantes das diferentes delegações foram unânimes em salientar o espírito de unidade que presidiu os trabalhos do Encontro de Recife.

Na realidade, as discussões foram travadas em clima de cooperação e fraternidade não se registrando divergências fundamentais em relação à orientação e finalidade do convênio.

Este aspecto torna-se mais importante se tomamos em consideração o número e a variedade de organizações de todo tipo que compareceram à capital pernambucana a fim de participar da interessante iniciativa levada a cabo pelo MEC.

Entre outras, ali estiveram: os Centros e Movimentos de Cultura Popular de todo o País; entidades de caráter oficial ou semi-oficial como o MEC, CASES, Serviço Nacional de Teatro, SUPRA, SUDENE, Secretaria de Educação de Pernambuco e do Rio Grande do Sul; organizações operárias como o Sindicato dos Bancários de Minas Gerais, Sindicato de Professores da Guanabara, Líderes sindicais do Rio Grande do Sul, Departamento de Ensino dos Sindicatos de Duque de Caxias, Centro de Educação e Cultura Operária da Guanabara, COT; organizações estudantis como UNE e UBES; organizações diversas como o Movimento de Educação de Base (MEB), Fundação João Batista do Amaral, Pequena Casa da Criança, SEPLA/SETER, Campanhas de Alfabetização de diferentes pontos do território nacional, Campanha desenvolvida pelo prefeito de Natal, sr. Djair Maranhão, e que é conhecida pelo seu lema: "De Pé no Chão Também se Aprende a Ler".

Manifesta o documento da Liga Feminina, também, um protesto contra o pretendido aumento de Cr\$ 8,30, por litro de leite, a pretexto de pagamento do salário-mínimo no campo, lembrando que "nem sequer foi elaborada a regulamentação do Estatuto do Trabalhador Rural".

## CUSTO DE VIDA

O movimento de iniciativa da Liga Feminina do Estado da Guanabara, visando a uma ofensiva contra a especulação, feita pelos grupos econômicos, com o abastecimento de alimentos e produtos vitais do consumo popular diário, ocorre no momento em que o arroz amarelo vai a 13 mil cruzeiros o saco de 60 quilos; o feijão preto, 190 cruzeiros o quilo; a banana, 400 cruzeiros o quilo; a carne (filet-mignon), 4 cruzeiros; filé sem ossa, 350 e cruzeiros; alcatra, 480 e jagari, 450. O leite está sendo vendido — cujo preço a Confederação Rural Brasileira está querendo aumentar outra vez, para 90 cruzeiros o litro — ao consumidor, no Rio, a 70 cruzeiros.

## RELATÓRIOS E COMISSÕES

Convocado com o objetivo principal de organizar uma profícua troca de experiências entre as diferentes organizações que espalhadas pelos quatro cantos do Brasil desenvolvem o trabalho de cultura popular e alfabetização e de encontrar as formas práticas de estabelecer entre elas um estreito vínculo, o Encontro trabalhou intensamente e duran-

te uma semana para atingir tais fins. Na primeira parte dos trabalhos, cada Estado apresentou um relatório completo de suas atividades nos diferentes campos da cultura popular, ilustrados com a apresentação de documentários, filmes, peças de teatro, exposições, gráficos, mapas, etc. A seguir entraram em funcionamento as Comissões, em número de quatro de temas a serem debatidos: Alfabetização, Cultura Popular nas Zonas Urbanas, Suburbanas e Rurais, Melos e Técnicas de Comunicação com as Massas e Integração Nacional dos movimentos de cultura popular. Essas por sua vez, dividiram-se em sub-comissões, num total de 30, dedicadas a importantes questões, tais como teatro, cinema, peças de teatro, editorias, imprensa, esportes, música, dança, artesanato, artes plásticas, alfabetização de adultos, meios de informação, etc.

## ALGUMAS EXPERIÊNCIAS

No curso da apresentação dos relatórios e do trabalho das Comissões, alguns Estados sobressaíram-se pela riqueza de sua experiência. Seria impossível falar de todas. Algumas porém devem ser destacadas.

Dedicando-se em grande parte ao setor teatral, o Movimento de Cultura Popular da Bahia apresentou uma exposição rica e variada de suas experiências nesse setor onde se destaca a elaboração de peças como "Arroz, Feijão e Simpatia" feita para o público universitário, no gênero comédia, abordando as irregularidades do Restaurante Universitário de Salvador, da autoria de Paulo Gil, Hamilton Nonato, F. Sarno; "Invasão de Amaralina", texto para público operário, no gênero de teatro circunstancial, que focaliza a invasão de terras de Amaralina e procura enfrentar a importante questão do latifúndio urbano; "Bumba meu Boi", dança dramática relativa à exploração da carne de boi e tem como questão central a luta contra o imperialismo. Estas duas últimas, da autoria de José Carlos Capinan.

Focalizando sua atuação, o CPC da UNE transmitiu sua experiência no terreno de atividade para e com os grupos sociais. No primeiro caso, foram dados como exemplos a "Campanha de Reforma Universitária", para a qual contribuiu com a peça "Auto dos 99%", que, representada em todos os Estados do Brasil e em todas as Faculdades da Guanabara, muito contribuiu para esclarecer e mobilizar o universitário em torno de sua reivindicação fundamental de colocar a defasagem entre os conhecimentos ministrados e os conhecimentos necessários para uma efetiva ação social de nossa Universidade; a realização de "UNE Volante" que levou espetáculos teatrais, debates sobre arte popular, exibição de filmes documentários, venda de livros e discos populares e participantes a todas as capitais brasileiras. No segundo caso, isto é, na atuação com os grupos sociais, o CPC da UNE transmitiu sua ação na criação dos núcleos de cultura popular por todo o País e a mobilização dos universitários que pudessem escrever, representar e debater, organizar exposições etc.

## A CAMPANHA DO «PÉ NO CHÃO»

Partindo da idéia geral de que "Nenhum povo é dono de seu destino se antes não é dono de sua cultura", a Campanha "de Pé no Chão Também se Aprende a Ler", do Rio Grande do Norte, transmitiu ao plenário sua imensa experiência no campo de alfabetização. Relatou com detalhes a primeira fase do movimento, quando a prefeitura de Natal apelou para a população para que ela cedesse gratuitamente salas em qualquer ponto da cidade onde pudesse ser instalada uma escolinha. Sindicatos, sociedades beneficentes, clubes esportivos, igrejas, e residências particulares abriram suas portas aos alfabetizadores. Posteriormente, vieram os chamados "Acampamentos Escolares" visando a atacar o analfabetismo nos locais mais densamente povoados de analfabetos. Os primeiros "Acampamentos" foram constituídos pelos pescadores do "Canto do Mangue", especialistas em construção de casas cobertas de palha de coqueiro e chão de barro batido. Outras fases sucederam-se: a do trabalho com professores-membros-voluntários que iam de casa em casa a fim de alfabetizar os que não compareciam à escola; a da organização das praças de cultura, misto de esporte e bibliotecas; o desenvolvimento do ensino profissional como o corte e costura, alfabetaria, marcenaria, sapataria, telegrafia, datilografia, elementos de eletrônica, barbearia, bordado à mão, corte de cabelo feminino etc.; criação do Centro de Formação de Professores e outros.

O Movimento de Cultura Popular do Recife, um dos mais ricos em realizações, quer no plano da alfabetização, quer no plano das múltiplas atividades de cultura popular, não apresentou relatório. Preferiu levar os delegados a examinar in loco suas extraordinárias realizações.

## CONCLUSÕES

Quatro documentos principais elaborados pelas Comissões de Trabalho sintetizam as conclusões às quais chegou o Encontro, após 7 dias consecutivos de debates: sobre a Alfabetização, sobre a Atuação dos Movimentos de Cultura Popular e Alfabetização nas diferentes zonas, regiões e grupos sociais, sobre meios e técnicas de comunicação com as massas e sobre a possibilidade de coordenação nacional dos movimentos de cultura popular. Entre outras importantes questões, ficou estabelecido que dentro de 90 dias será realizado em Brasília um Seminário Nacional de Alfabetização e Cultura Popular, o qual será precedido de Encontros Estaduais a serem brevemente realizados. Estes Encontros terão como objetivos estruturar a coordenação estadual, de acordo com as particularidades de cada Estado, bem como discutir e aprovar sugestões para a coordenação nacional dos movimentos de cultura popular do País. O próprio Encontro de Recife constituiu as Comissões encarregadas de organizar e executar os Encontros Estaduais e Nacional. Ficou ainda determinado pelo Seminário de Recife que os movimentos de cultura popular não poderão aliar-se a órgãos ou entidades que não participem do processo de libertação nacional, isto é, que sejam reacionários.

## TOPICOS TROPICOS

### História p'ra crianças

O postinho Walmir Ayala está publicando no Jornal do Brasil uma pretensa história p'ra crianças. É muito difícil escrever p'ra crianças sem cair na substimação da inteligência da garotada; o público infantil detesta infantilidades. Na suspeita de que o postinho Walmir Ayala estivesse trilhando um caminho errado, dei o capítulo da semana atrasada para o meu sobrinho ler. Ele leu até o ponto em que o personagem principal dá um beijo no rosto da lua e a lua "fica ruborizada". Então, o meu sobrinho interrompeu a leitura e me perguntou: — É uma edição moderna da Condessa de Segur?

### Paulo de Tarso e os jovens

Consurado por alguma em virtude de ter uma equipe de assessores muito jovem, com uma idade média pouco superior a 30 anos, o ministro da Educação, numa entrevista coletiva, retrucou: — Não devemos esquecer que o brasileiro só vive 38 anos, em média.

### Correspondência e molindros

Recebi carta irritada de um leitor português que não gostou da minha piada segundo a qual Salazar, sabendo que Craveiro Lopes preconizava maior liberdade interna em Portugal, disse: "Até tu, urutu?" Para o leitor, esta piada que agorinha entendo que lusitano revela que eu comungo do preconceito generalizado entre os brasileiros de que "lodos os portugueses são burros". Não sei de onde o leitor tirou esta conclusão estapafúrdia. Os brasileiros gozam a proeza dos portugueses há muitos anos e são gozados por estes, Norte-americanos e ingleses também ridicularizam matosamente as suas respectivas maneiras de falar. É um fenômeno bastante comum nas relações entre uma ex-colônia e a sua ex-colônia. Não tem o sentido que a suscetibilidade melindrosa do leitor lhe atribuiu. Quem sabe o leitor anda com o senso de humor um tanto racionado?

### Deputado udenista leva susto

De acordo com PV — Política e Negócios — quando o deputado udenista Sussumo Irata acordou, no dia do protesto dos sargentos, e abriu a janela do seu quarto no hotel, levou um susto enorme vendo os tanques espalhados na esplanada dos Ministérios. Então, telefonou para um colega, perguntando: — Hoje é dia sete de setembro? O colega respondeu: — Não. Hoje é dia 12. Sussumo suspirou: — Acho que perdemos o nosso emprego, meu velho.

### Sobral Pinto já foi "don Juan"

Toda vez que Sobral Pinto assume posições infelizes como a que assumiu agora, defendendo o IBAD e conciliando alunos da Faculdade de Filosofia a uma operação farsante, o Oswald Costa, diretor de O Semanário, recorda uma aventura ocorrida há muitos anos com o professor-venal. Sobral pediu a piada de mauco para a mulher de um velho amigo seu, o major Paulo Gomide. Sobral foi duramente espancado pelo major na porta da antiga Livraria Católica, à Rua Rodrigo Silva. Depois, Sobral foi se confessar ao cardeal Leme, que o perdoou.

### Gerda ministro dá "show" de calhordice

O jornalista Augusto Frederico Schmidt publicou no Diário de Notícias de Lisboa um artigo em que defende a exploração colonial de Portugal em Angola e declara que a política exterior do Brasil só é justa quando atende aos interesses de Portugal. Disse, mais, que o povo brasileiro não aprova a política externa independente que o governo está fazendo a pôr em prática. Por fim, depois de ter falado contra o Brasil no exterior, voltou ao lugar onde nasceu e escreveu um artigo louvando a Assis Chateaubriand, seu colega em trabalho à pátria.

### Atividades da ADISEB

A Associação dos Diplomados do ISEB está patrocinando um curso de introdução à História da América, por José Guilherme Merquior, todos os sábados, às 18 horas, na sede do ISEB, à rua das Palmeiras, em Botafogo, entrada Franca. Quem se interessa pelas questões ligadas à arte e à cultura não deve deixar de ir.

### Merquior escreve sobre Benjamin

O mesmo José Guilherme Merquior, que está começando a dar o curso no ISEB, aliás, está publicando na revista Arquitetura uma série de notas sobre o crítico alemão Walter Benjamin, que foi obrigado a se exilar em 1940, em consequência do nazismo. Benjamin, crítico de formação marxista influenciado pelo marxismo, está tendo a importância dos seus estudos reavaliada agora e vem sendo unanimemente considerado um dos mais lúcidos escritores alemães deste século.

Atendemos pelo reembolso postal. Peça-nos listas de preços de nossos livros.

# Liga Feminina Sugere CPI Sobre Produção e Distribuição de Leite

A Liga Feminina do Estado da Guanabara enviou a cada um dos deputados federais eleitos pelo Estado da Guanabara, sob forma de carta, um manifesto em que pede a constituição de comissão de inquirição, na Câmara Federal, "a fim de serem apurados e denunciados à opinião pública os fatos que determinam o astronômico aumento de custo de vida e de suas decorrências sociais, e no sentido, outrossim, de comover os poderes constituídos".

No manifesto — cujo envio aos deputados foi convocado ao presidente da SUNAB — a Liga Feminina declara ter compreendido, "depois de uma dolorosa experiência no contato com os setores responsáveis pelo abastecimento, e por estudos e pesquisas, que grandes negócios comandam o espetáculo degradado da sonegação de produtos e da constante elevação dos preços".

## LEITE

"Um desses negócios — prossegue o manifesto — é o do leite. Um negócio vergonhoso, cujo lucro não pago com a fome de dois terços da população infantil e a morte diária de duas mil e quinhentas crianças".

Lembra a Liga alguns pontos do escândalo do leite: o prejuízo causado pela desorganização técnica na produção do leite; os níveis de produção e a demanda do consumo no Estado da Guanabara; as falhas da pouca produção e os componentes do seu custo; incúria no plano da forragem; avaliação do poder econômico dos grandes produtores; e sua influência nas cooperativas e na intermediação do leite; a presença de pessoas físicas e jurídicas na produção,

intermediação e distribuição do leite.

Lembra ainda a Liga outros pontos: — conciliação das pessoas físicas e jurídicas que operam no negócio do leite, para aplicação das leis adequadas, em caso de lock-out e outros casos, considerando-se que a SUNAB alega o desconhecimento dessas pessoas; — integração do mercado do leite "in natura";

— levantamento dos lucros da produção em geral, assim como da inversão desses lucros; — apuração dos financiamentos concedidos pelo Governo, em que condições e qual a aplicação desses financiamentos e dos lucros advindos deles;

— aumento do volume da produção do leite em pó, em detrimento da distribuição do leite "in natura" e relativamente às necessidades do consumo; — origem dos capitais das fábricas de leite em pó — e, se estrangeiras, o quantum da exportação de lucros;

— levantamento dos lucros das fábricas de leite em pó, particularmente quanto ao produto primário e comparativamente ao preço do fornecimento desse produto ao consumidor; — exame da rubrica com os gastos para propaganda dos produtos derivados, especialmente leite em pó;

— levantamento, em separado, dos lucros dos intermediários; — condições de higiene na produção do leite;

— ingerência dos molinos no negócio do leite, através do aproveitamento do farelo para ração, dentro dos acordos vigentes;

— levantamento dos índices de mortalidade infantil.

## SUNAB

No documento entregue ao presidente da Superintendência Nacional do Abastecimento, a Liga Feminina expressa a estranheza das donas-de-casa cariocas — pela falta de medidas dessa SUNAB no sentido de coibir os abusos de que vêm sendo vítimas os consumidores por parte de grupos que dominam um setor vital como o do abastecimento.

Informa a Liga ao presidente da SUNAB ter endereçado a todos os deputados federais eleitos, pela Guanabara, um pedido de que seja requerida a constituição, na Câmara, de uma comissão de inquirição.

Manifesta o documento da Liga Feminina, também, um protesto contra o pretendido aumento de Cr\$ 8,30, por litro de leite, a pretexto de pagamento do salário-mínimo no campo, lembrando que "nem sequer foi elaborada a regulamentação do Estatuto do Trabalhador Rural".

O movimento de iniciativa da Liga Feminina do Estado da Guanabara, visando a uma ofensiva contra a especulação, feita pelos grupos econômicos, com o abastecimento de alimentos e produtos vitais do consumo popular diário, ocorre no momento em que o arroz amarelo vai a 13 mil cruzeiros o saco de 60 quilos; o feijão preto, 190 cruzeiros o quilo; a banana, 400 cruzeiros o quilo; a carne (filet-mignon), 4 cruzeiros; filé sem ossa, 350 e cruzeiros; alcatra, 480 e jagari, 450. O leite está sendo vendido — cujo preço a Confederação Rural Brasileira está querendo aumentar outra vez, para 90 cruzeiros o litro — ao consumidor, no Rio, a 70 cruzeiros.

# nr romance

## Um Dia na Vida de Ivã Denisovitch

Alexandr Soljenitsin  
Tradução de B. Albuquerque

Tiurin grita de vez em quando: «Argamassa!» E Shukhov também: «Argamassa! Aquela que trabalha duro colheita-se também em chefe, até certo ponto, perante os outros. Shukhov não quer ficar atrás da outra parva e neste momento, senta a cabeça de fazer galopar até seu próprio irmão pela estrada com as costas.

No começo Buldovitch e Fetukhov tinham começado a levar a argamassa para cima. Pela estrada empinada e encorçada o capitão não rendia muita nas primeiras viagens. Shukhov estimulava-o levemente: — Vamo capitão, vamo! Tira logo para cá, capitão! — Mas, a cada certa que subiam, mais difícil se tornava o capitão, enquanto Fetukhov, ao contrário, tornava-se mais mole; o assado inclinava-se a cada andar para que a argamassa caísse ao solo e não pesasse tanto.

Shukhov deu-lhe um empurrão, uma vez: — Anda, animal! Certamente quando ares diretor o exigia dos operários. — Eh chefe! — grita o capitão. — Mande-me trabalhar com alguém que não seja este tipo! Não levo mais costas para cima com este merda! O chefe presta-lhe atenção: Fetukhov vai jogar tijolos de cabeça para o primeiro andalmo (de forma que os seus pontos se contem de cá para cá) e Alitshka vai fazer dupla com o capitão. Alitshka é tão mole que todo mundo zomba dele. — Mão à obra, recruta! — estimula-o o capitão. — Olha como anda o trabalho! Alitshka sorri, contentemente. — Bem, vamo mais depressa se for preciso. Como disse, E deves rapidamente. A equipe trabalha que dá gosto.

O chefe grita alto para baixo. Acotche que veio outro caminhão com tijolos. Então se dá a ordem: o homem médio alto para aparecer ou chegam todos de uma vez. E só se pode trabalhar enquanto há tijolos. O primeiro dia. Deu a pouco faltam. E que fazer?

O chefe grita ainda, chateado. Agora é alguma coisa com o elevador. Shukhov dá qualquer coisa para saber de que se trata, mas não pode distinguir: está ignorando a palavra. Os que levam os tijolos para cima dizem que chegou um detetivista para consertar o motor do elevador e, junto com ele, alguém de fora o auxiliar técnico dos trabalhos de eletricidade. O detetivista está desmontando o motor e o auxiliar técnico, olhando.

O mesmo de sempre um trabalho e outro oia. Os consertadores do elevador, quando alívio para subir com os tijolos é a argamassa! Shukhov já está na terceira fileira (também Kilgas começou a trabalhar). Nisso vê que sobe bufando pela estrada outro bistibitador, outro chefe: Der, o capitão da obra de construção. Um de Moscú. Disse que trabalhava em um ministério. Shukhov que está perto de Kilgas aponta para Der com um movimento de cabeça.

— Bahl! — exclama Kilgas depreciativamente. — Com os chefes não quero nada. Em todo caso me dá-se de cá de cá, seceda. Agora ficarei por trás dos pedestres para ver como trabalham. São estes bistibitadores quem Shukhov odia mais. Assume ares de engenheiro com esse fôlego de pónei! E uma vez em que quis mostrar como se colocam os tijolos, por pouco que Shukhov não se arrebatava de cá. Nada disso, homem: no dia em que tiveres construído uma casa com tua própria mão serás engenheiro.

Em Temgueniov não havia casas de tijolos. Todas eram de madeira. Incluía a escola onde para construir-lhe foram os boques, com permissão especial, apañar troncos de cinco metros. Mas quando foi preciso, fazer as tábuas de pedreiro no campo, Shukhov se fez pedreiro. Quem sabe fazer um par de coisas com as mãos aprende a fazer das de só preciso. Mas, não, Der não caiu. Só tropeçou uma vez. Sobre quase caindo. — Tiurin! — grita com os olhos esbugalhados. — Tiurin! Além dele: sobe pela escada Pavlo, com um touro, com uma pá na mão. Der usa um casaco, como todos no campo, mas só que hinchado e limpo. E um gorro masculino, de couro. Mas, de qualquer forma, com o número igual ao dos outros: 18-71. — Que está acontecendo? — Tiurin só adianta com a colher de pedreiro. Seu gorro está torto de forma que quase lhe cobre um olho. — É algo extraordinário. É preciso tomar conhecimento sem falta, mas, por outro lado, a argamassa esfria no cimento. Shukhov continua seu serviço, mas sem perder nada do que está acontecendo.

— Enlouqueceste? — grita Der espumando. — Isto dá cela de castigo! Vou te empalpar! E ganhas outros dez anos! De então é que Shukhov se deu conta do que acontecia. Ohno Kilgas, mas ele também já compreendeu. O papel encerado! Vira o papel encerado nas janelas.

Shukhov, por si, não revela nada. Baha que o chefe da equipe não o atirou. Recusa por Tiurin. Para os homens da equipe o chefe é como um pai. Para eles, não passa de um serviço. Por uma coisa assim teriam a Tiurin aplicado no Norte outra condenação, com toda tranquilidade.

— Ora, rapazes, não é preciso ficar assim! — protesta Der, livido, afastando-se o máximo da escada. — Sem outras palavras, Tiurin enfrenta o gorro, apañha a colher, tenta com a queda, e volta a sua parada. E Pavlo abaxia lentamente a pá. Muito lentamente...

Der tem tanto medo de ficar ali quanto de descer. Espara um pouco, protegido atrás de Kilgas. Kilgas continua seu serviço. Pelo jeito parece um médico ou algo parecido. Dir-se-ia que está atendendo em uma farmácia, sem nenhuma pressa. E de costas para Der e tempo todo, como se não o visse.

Der aproxima-se aos poucos de Tiurin. Está mais mole do que uma lula. — É que é que vou fazer agora ao auxiliar técnico, Tiurin? O chefe da equipe continua seu trabalho e responde sem virar a cabeça: — Pois lhe diga que já estava assim. Que quando chegamos estava assim. Der ainda espera um pouco até se convencer de que por ora não corre perigo. De uns pedreiros, devagar com as mãos nos bolsos. — Eh, SCh-184! — murmura. — Não posso pôr mais argamassa?

(Continua)







# 10 Anos de Petrobrás O Petróleo é Nosso

O povo brasileiro está comemorando hoje, 3 de outubro, um marco em sua luta anticolonialista: o décimo aniversário da lei 2.004, de 3 de outubro de 1953, que estabeleceu o monopólio estatal da exploração de petróleo no país.

Podemos mesmo dizer que a conquista do monopólio estatal do petróleo foi, até hoje, a maior e mais concreta vitória já obtida pelo povo brasileiro em sua batalha contra os trusts norte-americanos, que não poupam esforços, desde a corrupção ao crime, para apoderar-se das jazidas brasileiras.

A lei 2.004, que instituiu o monopólio e criou a PETROBRÁS (Petróleo Brasileiro S.A.) como instrumento executor dessa política, foi o coroamento de uma luta que se travou antes mesmo que ficasse provada a existência de óleo no subsolo do país, tornando-se aguda quando não mais foi possível escondê-lo.

## DEZ ANOS

Nascida em meio à mais feroz oposição dos trusts internacionais do petróleo, representados no país por testas-de-ferro que ainda hoje se colocam contra a empresa do mesmo modo que

contra outras conquistas populares, a Petrobrás tornou-se, em pouco tempo, a maior companhia industrial brasileira, e uma das principais empresas de petróleo do mundo.

Atualmente, só em poupança direta de divisas para o país, as atividades da Petrobrás representaram (em 1962) 205,2 milhões de dólares. Sem falar em poupança indireta, isto é, sem falar no incentivo à indústria nacional, atingindo as compras da empresa ao mercado brasileiro a quantia de 15,2 bilhões de cruzeiros, no mesmo ano. E quanto aos recursos disponíveis (98% dos quais gerados por suas próprias atividades), a empresa contava, no fim de 1962, com 101,7 bilhões de cruzeiros.

Alinhamos acima alguns números apenas para comprovar a justiça da medida pugnada há dez anos atrás, o monopólio estatal, e para mostrar, também, por que os trusts e seus representantes nativos tanto se insurgiram, e se insurgem ainda, contra a medida.

Podemos dizer que a Petrobrás iniciou a modificação das bases da economia brasileira, abrindo caminho e servindo de exemplo para nosso desenvolvimento

e econômico independente. E deve ser salientado que a empresa não é ainda por completo desenvolvida plenamente, dentro das possibilidades e das necessidades suas e do país. Nesse sentido, atualmente a luta se desenvolve para a ampliação do monopólio, em primeiro lugar com a encampação das refinarias particulares ainda em funcionamento, para o início da distribuição — primeiro a granel, como já vem sendo feito para algumas entidades oficiais, como Forças Armadas, Lóide, Companhia Siderúrgica Nacional e Companhia Nacional de Alcalis, e depois no varejo — para a produção significativa de óleos lubrificantes, etc.

Do ponto de vista social, que muitas vezes não pode ser medido a números, não é menor e importante o nascimento e dos dez anos de funcionamento da Petrobrás.

Em todas as regiões onde está instalada uma unidade da empresa, modifica-se a paisagem. Em muitos casos, onde só havia a desolação, a miséria, surgiram as possibilidades de empregos os mais diversos, quer na própria Petrobrás, quer nas indústrias e outras atividades correlatas que vão surgindo

e se desenvolvendo em torno. E não só isso. Escolas e assistência médica foram levadas a locais onde não eram conhecidas, sem falar no aperfeiçoamento contínuo do pessoal da empresa, numa elevação constante do nível profissional de seus trabalhadores, dos quais aos poucos foram sendo selecionados.

Não são apenas dois aspectos — econômico e social —, porém, os mais importantes. A questão central é, sem dúvida, política, no que se apresenta de autonomia e segurança para o país.

A posse do subsolo — a não dependência ao subsolo estrangeiro — é básica para a garantia da segurança nacional e para a independência de qualquer país. Para compreendê-lo, basta lembrar que quem domina o subsolo tem o poder de movimentar ou paralisar o país.

Isso explica, mais que qualquer outra coisa, o empenho dos círculos imperialistas em dominar o petróleo aqui ou da Cochinchina. Não é difícil imaginar o poder de barganha do detentor (no caso de ser estrangeiro) das fontes de energia cujo dinheiro e cuja ação podem dispor do país à inteira vontade, derrubando e fazendo presidentes, ditadores, ministros, etc.

hoje, apesar da ansiedade, não puderam voltar à carreira.

## O CEDPEN

A 21 de abril de 1948, a Liga Antifascista da Tijuca transformava-se no Centro de Estudos e Defesa do Petróleo e da Economia Nacional (CEDPEN), que viria a ter papel de realce na organização e direção das lutas pelo monopólio estatal.

O CEDPEN realizou Convenções Nacionais do Petróleo (marcadas para realizarem-se anualmente, o que nem sempre era possível), reuniões que marcaram época na campanha.

Durante o período de 48 a 54, inúmeras foram as vezes em que atos do CEDPEN foram atacados e dissolvidos violentamente pela polícia, páginas heróicas do povo na conquista do monopólio estatal. Duas delas ficaram célebres, ambas em 1961: a de 21 de abril, na Cinelândia, quando a polícia investiu contra os manifestantes a gás lacrimogêneo e tiros, sendo depois repulsa por forças do Exército; e a de 6 de julho, quando se reuniu na UNE a II Convenção Anual do Petróleo, com delegados de 11 Estados, os participantes sofrendo verdadeiro massacre dentro da sede, deixando a fúria policial inúmeras feridas.

## COMBATES E MÁRTIRES

O período de 1948 a 1964 — particularmente até 1961 — foi dos mais difíceis, na

vida política brasileira. O fim da guerra trouxera, oriunda mesmo das lutas pela participação do Brasil no combate ao nazifascismo, um ascenso democrático ao país, com a legalidade para o Partido Comunista e o afrouxamento — embora de vida efêmera — das leis repressoras estadonovistas. Pouco tempo depois de assumir o governo, Dutra começou a reprimir as manifestações populares, acusando de comunistas, — como sempre, e pela posição vanguardista dos comunistas — todos que dela participassem.

E assim, enquanto os trabalhadores nos comícios progrediam pelo monopólio estatal do petróleo e a defesa da economia nacional, enquanto os estudantes enchiam as praças de torres de petróleo, a polícia cometia delitos e as prisões e os quartéis enchiam-se de prisioneiros e mártires.

Muitos nomes poderiam ser arrolados como vítimas da voragem: Júlio Sérgio de Oliveira, José Pontes Tavares, Eliezer Bandeira de Aquino, Arno Riepe, Zélia Magalhães...

## O CAMINHO DA 2001

Em dezembro de 1951 Getúlio enviou à Câmara anteprojeto criando a Petrobrás, mas era esse um documento cheio de brechas, admitindo inclusive "a participação de empresas particulares nacionais já organizadas no país", o que, desde logo,

abria as portas à Standard Oil, de vez que a "Easo Brasileira de Petróleo", nesse sentido, é também nacional.

A luta popular contra o projeto original levou à apresentação de emendas orientando-o para a garantia do monopólio estatal.

Na discussão da 2.004, convém lembrar pelo menos um exemplo da atitude dos homens que, aqui nascidos, defendem os interesses dos trusts estrangeiros, trazendo a pátria em troca de migalhas. O senador Assis Chateaubriand, discutindo o projeto, fez um discurso na sessão de 31 de outubro de 1952, onde dizia:

"Se a Standard Oil nos entregasse 13% dos impostos que paga e 50% dos lucros que auferir, eu concordaria em que se lhe desse até metade da administração do Brasil para negociar. Faria mais. Negociaria com ela a arrecadação de impostos e tenho certeza de que sairia muito mais barato para nós, considerando o imenso funcionalismo que temos de pagar".

A 3 de outubro de 1953 era aprovada a 2.004, com seu espírito atual. As pressões não se fizeram esperar. Em seu discurso de 31 de janeiro de 1954, comemorativo de seu aniversário de posse, Getúlio fez várias denúncias. Depois de referir-se a alguns fatos estranhos, disse:

"Outra curiosidade coincidência: diminuiu o ritmo das instalações para a produção de energia elétrica e se

desenvolvia a produção de energia elétrica na base do petróleo".

Isto é: aumento artificial e violento da demanda de petróleo para justificar uma aplicação imediata e instantânea de capitais capazes de atender a tal demanda, e que seria muito difícil aos recursos internos.

Não demorou muito, veio o golpe de agosto e o suicídio de Getúlio.

Três dias depois, a 27 de agosto, publicava-se no "Wall Street Journal":

"Funcionários americanos predizem que Café Filho pode, eventualmente, abrir a possibilidade de investimentos de interesses estrangeiros nas indústrias de petróleo e da energia elétrica no Brasil".

E por aí foi. Amudaram-se as visitas de "bosses". Em setembro de 54 veio Henry Holland, alto funcionário de Washington, procurando fazer o Brasil "corrigir sua política de petróleo". Em fevereiro de 1955, veio Leo Welch, diretor da Standard Oil na

América Latina, oferecendo 500 milhões de dólares para "emprego na perfuração das áreas sedimentares brasileiras pela Standard Oil". Café Filho começou a tomar as medidas para mudar a política petrolífera, e todos sabemos qual foi seu fim. Hoje perambulam pela praia de Copacabana, as pernas magras e arqueadas ofendendo a estética, um mullambo que as forças vivas do país expeliram da política.

# A Luta Pelo Petróleo

Numa simples reportagem sobre a luta pelo petróleo no Brasil pode-se apenas, tal a sua amplitude e multiplicidade de aspectos, relembra alguns fatos, um ou outro episódio, sintetizando a ponto de omitir muita coisa de relevante.

Três fases distintas marcam a luta pelo petróleo no país — como em qualquer outro em fase de libertação e desenvolvimento — desde suas origens até os dias que correm.

A primeira fase é aquela em que os trusts negam de todas as formas, até com relutância "técnica", a existência de jazidas, a existência de jazidas. A razão de tal fase é a garantia do mercado e a manutenção de reservas para os casos de necessidade.

A segunda, quando não mais é possível ocultar a existência do óleo, é a fase da luta para ver quem vai explorá-lo: se os capitais privados (incluindo os estrangeiros, com o argumento da incapacidade do nacional, falando-se até em incapacidade técnica de um país não desenvolvido), se os capitais estatais.

Finalmente a terceira, que é a atual, no caso de vitória da tese de exploração estatal, é o estorpo dos trusts e seus paus-mandados em de-

monstrar a falência da empresa monopolista, em sabotá-la, na tentativa de retroceder a conquista nacional.

## NO BRASIL NÃO HÁ PETRÓLEO

Durante muitos anos "não havia" petróleo no Brasil. Logo depois das descobertas do norte-americano Drake que vieram revolucionar a história do petróleo, começaram-se as investigações no país.

No início da década 30-40, aqui estiveram dois técnicos norte-americanos, Victor Oppenheim e Mark Malampini, cujo relatório concluiu pela "total inexistência do óleo no Brasil".

Tal posição se manteve firme durante muito tempo — apesar da campanha contrária logo iniciada, tendo à frente Monteiro Lobato, Oscar Cordeiro e Manuel Ignacio Bastos — mesmo depois que em 21 de janeiro de 1939 surgiu o óleo em Lobato, na Bahia.

Para não alongar muito o capítulo, lembremos um pronunciamento característico dessa fase, em época posterior ao argumento de petróleo em Lobato. Em 1947 esteve em nosso país um alto figurão do governo lanque, John Snyder, Secretário do Tesouro dos EUA, numa de-

monstração clara do objetivo de manter as jazidas brasileiras guardadas para as necessidades futuras, declarou:

"As reservas petrolíferas dos Estados Unidos dão perfeitamente para suprir as nossas necessidades (isto é, óleos e gases) normais. Em caso de emergência, recorreremos aos nossos amigos, entre os quais está o Brasil".

## IMPOSSÍVEL NEGAR

Chegou um momento, porém, que não mais era possível dizer que não havia petróleo. Travou-se, então, agudamente, a luta por sua posse, por sua exploração.

A batalha feriu-se nos bastidores — envolvendo os dirigentes políticos do país, que recebiam com frequência nunca vista enviados dos trusts lanques — e nas ruas, com o povo erguido contra o monstro imperialista, em campanha comparável às lutas pela independência e pela abolição, embora de amplitude bem maior pela participação popular, tanto em número como em entusiasmo.

Estamos agora no período de pós-guerra, quando o país saía do Estado Novo e marchava para a democratização, com as eleições presidenciais de 1945 e a Constituinte de 1946.

Quando se elaborava a Constituição, aqui esteve Paul Howard Schoppel, homem da Standard Oil e especialista em legislação lanque para países subdesenvolvidos. Sua missão, a exemplo do que fizera pouco antes no México e no Oriente Médio, era introduzir na Constituição dispositivos que permitissem a exploração estrangeira do petróleo. O resultado de sua atuação figura no § 1º do Art. 163, onde se fala em "sociedades organizadas no país". No mesmo ano, por coincidência, foi organizada aqui a Companhia de Gás Esso.

Em 1948, Dutra enviou ao Congresso mensagem com o projeto criando o Estatuto do Petróleo, documento entreguista redigido, entre outros, por Ovílio Braga ("vostal" udenista) e Glycon de Paiva.

O estatuto era totalmente entreguista (na mensagem, Dutra diz que o mesmo "é precedido de ampla justificativa, de autoria da Comissão que o redigiu, esclarecendo e justificando o sistema proposto, segundo o qual se admite a colaboração de capitais estrangeiros") que foi o motivo imediato para que a luta pelo petróleo se fizesse organizada.

## AS DUAS TESES

Na mesma ocasião em que era encaminhado ao Parlamento o Estatuto do Petróleo, o Clube Militar abriu suas portas para a discussão do problema.

Defendeu a tese da exploração privada o grande "patriota" Juarez Távora. A tese do monopólio estatal foi sustentada pelo general Júlio Caetano Horta Barbosa. Imediatamente encampada pelos nacionalistas, ficou ela batizada de "tese Horta Barbosa", transformando-se na bandeira de "O Petróleo é Nosso".

Imediatamente a luta tomou conta dos meios militares, com a oficialidade democrata e patriota, a maioria das guarnições, multiplicando-se as manifestações de apoio à "tese Horta Barbosa", ocasionando inclusive a punição de muitos oficiais, tenentes na sua maioria.

Em 1962, na campanha eleitoral do Clube Militar, cerca de trinta oficiais do Exército e da Aeronáutica, cabos eleitorais da chapa Estilac Leal — defensora do monopólio estatal — foram presos e acusados de comunistas. Dois deles, tenentes da Aeronáutica Paiva e Vinhas, perderam a farda e até

# Os Mesmos, Ontem e Hoje

A conquista do monopólio estatal do petróleo, que ainda não foi uma vitória completa pelo tanto que falta conquistar, não é um fato isolado na vida política brasileira.

É tão somente um elo, um marco na luta geral do povo contra o imperialismo lanque e suas figurinhas nativas representativas.

As mesmas forças que se opuseram na epopéia do petróleo continuam hoje face a face a luta por e contra

novas conquistas. Atualmente são as reformas de base, a reforma agrária em primeiro lugar, a regulamentação da remessa de lucros, a nacionalização das empresas estrangeiras.

De um lado, os trabalhadores, os estudantes, os oficiais democratas e patriotas, os intelectuais descomprometidos com os setores retrógrados, lutando pelo desenvolvimento do País, sempre ligados aos interesses do progresso, da soberania.

Do outro lado, os inimigos da Pátria, amigos do latifúndio e do imperialismo. São os Lacerda (que em 1953 dizia ser a Petrobrás "um projeto contraditório, incompleto e delirante"), em 1954 ser "preciso garantir a colaboração do capital estrangeiro, para que se possa ter petróleo", os irmãos Marinho, cujos editoriais em "O Globo" ainda hoje investem furiosamente contra o monopólio estatal, "O Estado de São Paulo", na mesma li-

nha, Roberto Campos, Glycon de Paiva, Juarez Távora, que sempre pregou a exploração por capitais mistos, por falta de coragem para defender a exploração exclusivamente por capitais estrangeiros, e economista-guá Guin, Chateaubriand, enfim, os mesmos também. A História, em futuro não muito remoto, estabelecerá em toda sua plenitude a galeria dos heróis e a dos traidores do povo brasileiro.



## EDIÇÕES PAZ E SOCIALISMO

o que há de mais útil e oportuno nos folhetos

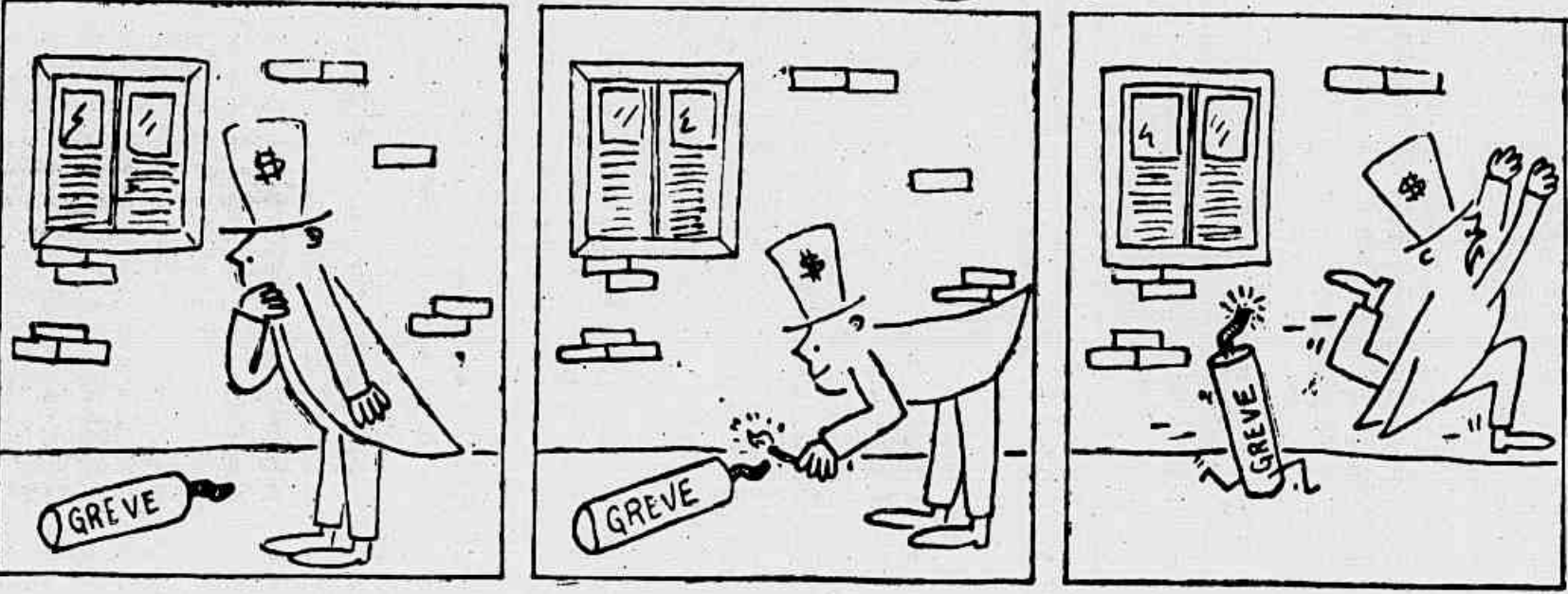
a força de comunismo está em sua unidade	Cr\$ 150,00
o leninismo em ação	Cr\$ 250,00
pela independência nacional	Cr\$ 350,00
a estrutura da classe operária dos países capitalistas	Cr\$ 450,00
problemas da frente única anticolonialista rumo a novas vitórias do movimento comunista mundial (N. S. Kraschiow)	Cr\$ 125,00

em espanhol e francês \* atende-se pelo reembolso \* pedidos e valores em nome de H. Cordeiro, rua da assembleia 34, salas 204 e 304, rio — gb

# PE - DE - CABRA

TRÊS FASES DA ESTÓRIA

BANQUEIROS & GREVE





Poucas vezes terá sido desastrosada contra o movimento sindical e os interesses dos trabalhadores uma ofensiva tão violenta e furiosa como a que presentemente está sendo movida pelos círculos reacionários em nosso País. A intranquilidade do grupo patronal como os banqueiros, os impostos lançados pelo general Peri Beviláqua contra as organizações sindicais dos trabalhadores, especialmente o CGT, e a histórica campanha sustentada, diariamente, pela imprensa fiadiana e por parlamentares, também fiadianos, como Herbert Levy, Arnaldo Corrêira e Armando Palácio contra as greves e o direito de greve são alguns dos aspectos mais salientes dessa cruzada antiooperária e antipopular.

Dessa são os objetivos, intimamente entrelaçados, que as forças reacionárias têm em vista com essa campanha.

### Esperar ainda mais

Quem se deixar impressionar pelo que dizem os jornais fiadianos chega a uma conclusão: os trabalhadores são os responsáveis pela crise, os nababescos salários ganhos ou reivindicados pelos operários é que estão gerando a inflação, as greves provocam a carestia da vida. Esta conclusão levaria a uma outra: é preciso impedir que os salários sejam reajustados e esmagar a ferro e fogo as greves reivindicatórias.

Esta é a monstruosa mentira que os círculos reacionários, apesar da gritante evidência dos fatos, querem impingir ao nosso povo. Nos editoriais de O Globo e do Jornal do Brasil ou nas disparatadas afirmações feitas pelo general Beviláqua pretende-se impor à opinião pública essa pavorosa mistificação para que possa, dessa maneira, ser atingido o primeiro dos objetivos visados pela atual campanha antiooperária: a espoliação ainda maior da população trabalhadora, de todos os que vivem de salários e vencimentos, em favor de uma minoria parasitária que vive refestoadada nos altos lucros e numa vida de libaritas. Quem obter vantagens ainda maiores da inflação, não permitindo sequer que os trabalhadores, depois de um ano de depreciação diária do salário já miserável, restabeleçam por um breve período o seu poder aquisitivo. Por um breve período, repetimos, uma vez que o incessante processo inflacionário levará a que já na primeira semana após o aumento o novo salário esteja depreciado — e em favor das minorias parasitárias, que embolsam o desajuste do salário.

Em outras matérias desta mesma edição divulgamos diversos dados que comprovam a espoliação cada dia maior das massas trabalhadoras. Aqui, mais um dado, referente à estardalhaçada velocidade em que cresce o ritmo dos preços e do custo de vida, nos últimos anos. No período que se seguiu imediatamente à guerra — de 1944 a 1952 — o custo de vida dobrou em oito anos; em seguida, foram precisos seis anos para que dobrasse outra vez: de 1952 a 1958; o período seguinte foi apenas de três anos: 1958 a 1961; já agora, o custo de vida dobrou em somente um ano e poucos meses: de meados de 1961 a fins de 1962.

### O salário é pequeno e diminui

Alberto Passos Guimarães, em seu livro «Inflação e monopólio no Brasil», estuda o comportamento dos salários no Brasil, comparado a outros países. Diz ele:

«A dramática deterioração do poder aquisitivo das massas trabalhadoras brasileiras toma feições ainda mais graves, não só em relação a todos os países desenvolvidos, como também a muitos dos países subdesenvolvidos. Efetivamente, o regime salarial no Brasil não mostra sua inferioridade apenas quando se faz o confronto com os níveis existentes nos países de economia adiantada; sua exiguidade é incontestável, mesmo diante dos países atrasados.

Em apoio a essa afirmação, Alberto Passos Guimarães mostra um amplo quadro de cifras, retiradas de estatísticas oficiais da OEA. Por este quadro se fica sabendo que a relação entre os salários pagos pelas empresas e o valor criado na produção, em média, é de 37,9% nos Estados Unidos, 34,2% no Canadá, 28,8% na Nicarágua, 27,7% na Argentina e apenas 22,9% no Brasil.

Mais grave do que isto é o fato, apontado também por A. P. Guimarães, de que essa porcentagem dos salários, em relação ao valor criado, tem decrescido em nosso país. Era como vimos de 22,9%, em 1949, e desceu para 21,3% em 1958.

O que explica esse decréscimo é a queda do salário real dos trabalhadores. Segundo estatísticas oficiais, citadas igualmente em «Inflação e monopólio no Brasil», o salário real no Estado da Guanabara, tomada como base a média de 1914 — índice 100 —, caiu em 1960 para 70, entre os operários qualificados, e para 56 e 26, entre, respectivamente, os funcionários padrão «E» e padrão «O».



## Barões do IBAD Querem Que o Povo Fique em Paz Com a Fome

Os representantes das chamadas «classes produtoras» estiveram, há dias, com o ministro da Fazenda. Eram cerca de 500 patrões da indústria e do comércio, reunidos no gabinete do sr. Carvalho Pinto. Foram dize-lhe que o País atualmente é um «mar revolto», que «as empresas praticamente não mais possuem condições de prosseguir em suas tarefas normais» e que contam com o Governo para dar um novo rumo a essa situação insustentável.

Até aí morreu Neves, pode-se dizer. Não há no Brasil hoje quem esteja tranquilo ou satisfeito com a situação do País. Quando, porém, se avança à indicação das causas das dificuldades, presentes e dos modos de corrigi-las, surgem à tona os interesses capciosos dos que participavam daquela estranha «manifestação espontânea» de apreço ao ministro do sr. João Goulart.

Segundo o sr. Rui Gomes de Almeida, presidente da Associação Comercial da Guanabara e conhecida figura grata

do IBAD, que falou em nome dos visitantes, a razão do difícil estado de coisas atual está nas greves, e movimentos populares, que ele chama de «desordens», com desprezo e audácia. «Pro-pugnamos — diz ele — por uma atitude firme contra desordens, que só prejudicam a atividade econômica, concorrendo para diminuir a produção e agravar nossos problemas.»

Outro que falou em nome dos patrões, da indústria e do comércio, o presidente da Federação das Indústrias da Guanabara, sr. Zulfó de Freitas Malman, bateu na mesma tecla. «Nem o industrial, nem o operário possuem mais a calma e o sossego para o trabalho — disse — e sem paz e trabalho não há progresso.» Quer dizer: o Governo deve acabar a ferro e fogo com a «faria das greves», para que haja «paz social».

### O porquê das greves

Não há maior inversão de raciocínio que atribuir a situação crítica da economia e das finanças brasileiras aos trabalhadores. Estes são as primeiras vítimas dessa crise, que resulta inevitável e imediatamente no aguçamento sempre maior do processo inflacionário, na diminuição do seu nível de vida, na fome, no desemprego e no endurecimento de suas condições de existência. Quando vão à greve, não têm feito senão reagir para

evitar que a crise se faça exclusivamente às suas custas, às custas dos seus salários e sua dignidade.

É o próprio sr. Rui Gomes de Almeida que reconhece, em seu discurso: «Há consideráveis camadas sociais com poder aquisitivo reduzido, além do limite que seria humanamente tolerável.» Esse reconhecimento é apenas uma pálida expressão da situação de miséria a que estão sendo açoitados milhões de trabalhadores e suas famílias, em consequência da alta dos preços e da diminuição do ritmo de desenvolvimento econômico; por si, ele só legitima a ativação do movimento operário em torno das reivindicações de reajuste dos salários, a que assistimos presentemente.

No dia seguinte à entrevista dos barões do comércio e da indústria com o ministro da Fazenda, o diretor do Departamento Nacional do Trabalho, sr. Lúcio Gusmão Lôbo, fez uma declaração à imprensa que é outra justificativa irresponsável para o recurso à greve, por parte dos trabalhadores, na atual conjuntura do País. Explicou aquele funcionário que seu Departamento não dispõe dos recursos indispensáveis, financeiros, humanos e materiais, para dar cumprimento à sua tarefa: promover a solução não litigiosa para as questões entre patrões e operários. Em suas gavetas existem paralisados 46 mil proces-

tos. Basta o conhecimento desse fato para desautorizar qualquer pretensão a que os trabalhadores renunciem ao processo da greve, para alcançar as reivindicações que pleiteiam.

Os trabalhadores, vão à greve quando já não suportam mais a degradação de seus salários, corroídos pela alta dos preços. Essa tem sido a regra, até hoje. Suas greves têm sido consequência, e não causa, do agravamento da situação econômico-financeira da Nação. As causas desse agravamento devem ser buscadas em outro lugar — e os trabalhadores têm e com seu esforço e sua luta para a procura e a remoção dessas causas.

### Por que paramos

«Somos forçados a proclamar que o desenvolvimento brasileiro parou», foi o brado lançado pelo sr. Zulfó Malman à face do sr. Carvalho Pinto, com a explicação de que essa contenção do desenvolvimento, se atribuiu ao ambiente de agitação que, a todo instante, penetra nas portas das fábricas.

É uma deslavada mentira. Os trabalhadores vêm advertindo o Governo há muitos anos, sobre a inevitabilidade da crise econômica, que agora nos bate à porta. Mas o que possibilitou e apressou a chegada dessa crise foi a política de panos quentes e palavras doces para com

os inimigos do nosso povo, os imperialistas e latifundiários, que sugam a riqueza nacional. Foram medidas como as que tomou o sr. San Tiago Dantas, quando ministro da Fazenda, no sentido de valorizar sempre mais o dólar norte-americano, às custas do cruzado, de restringir o crédito à atividade econômica interna, de cortar a capacidade aquisitiva da população.

A classe trabalhadora tem sido sempre contrária a medidas desse tipo e se vem batendo, oferecendo inclusive o seu sangue nessa luta, para que a empresa, uma nova política econômica, efetivamente capaz de salvarnos do caos e de depauperamento nacional. Adote o governo uma política de desenvolvimento independente e progressista e o País se livrará da ameaça de que suas fábricas se fechem e seus filhos percam a possibilidade de trabalhar. Pretender solucionar essa questão há muitas das parcos salários dos trabalhadores, como se vem fazendo e como insistem em recomendar que se faça os reacionários da indústria e do comércio, é empurrar os trabalhadores à resistência cada vez maior e à revolta.

### Água fria nos agitadores

E de se notar que o sr. Carvalho Pinto não fica côco com a indignação

deveria ter sido a participação das forças populares e nacionalistas na sustentação dos aspectos positivos da política externa de nosso País — o intercâmbio, embora abaixo de suas possibilidades, com os países socialistas, a manutenção de relações diplomáticas com Cuba, as iniciativas favoráveis ao desarmamento e à coexistência pacífica, as restrições à famigerada OEA, a recente visita do marechal Tito, etc. Se não fosse a pressão popular, já os «gorilas» teriam imposto a supressão desses aspectos positivos da situação do Itamarati, voltando o Brasil a atuar na arena internacional como um simples receptor e executor das ordens emanadas do Departamento de Estado.

Decisiva tem sido a participação das forças populares e nacionalistas na sustentação dos aspectos positivos da política externa de nosso País — o intercâmbio, embora abaixo de suas possibilidades, com os países socialistas, a manutenção de relações diplomáticas com Cuba, as iniciativas favoráveis ao desarmamento e à coexistência pacífica, as restrições à famigerada OEA, a recente visita do marechal Tito, etc. Se não fosse a pressão popular, já os «gorilas» teriam imposto a supressão desses aspectos positivos da situação do Itamarati, voltando o Brasil a atuar na arena internacional como um simples receptor e executor das ordens emanadas do Departamento de Estado.

Decisiva, enfim, vem sendo e será, cada vez mais, a participação organizada, esclarecida e enérgica das massas, especialmente dos trabalhadores, na luta pelas reformas de base, por uma política econômico-financeira de emancipação nacional, pela eliminação do latifúndio, pela preservação e ampliação das liberdades democráticas, pela conquista de melhores condições de vida para todo o povo. Essa é mesmo a condição essencial para que as reformas de estrutura sejam realizadas e o Brasil se liberte da estranguladora espoliação imperialista. Sem a participação concreta e ativa das massas, as reformas não sairão e o nosso País continuará a ser uma Nação saqueada pelos truztes norte-americanos.

Quando os entreguistas e reacionários investem contra o CGT e clamam pelo esmagamento das greves e a supressão do direito de greve, quando tentam impingir ao povo a infâmia de que as organizações dos trabalhadores são «serpentários» e «focos permanentes de agitação e subversão», quando fazem côco para sustentar que as greves políticas são ilegais, e inadmissíveis — o que fazem é procurar afastar as massas da vida política para que, assim, traíam à vontade os interesses nacionais e impunemente condenem o nosso País a viver na dependência, no ataxo, na miséria e no analfabetismo. Porque enquanto o povo estiver vivendo nessas condições, elas terão uma vida de prazeres milionários, de riqueza e de fausto, mesmo à custa da entrega do Brasil aos seus espoliadores estrangeiros.

A campanha contra o movimento sindical e o direito de greve é uma infame campanha contra todo o povo, contra o Brasil. Por isso mesmo, é uma campanha destinada ao fracasso.

### A história da lebre e da tartaruga

O livro Inflação — arma dos ricos», editado na coleção «Reportagem» do Centro Popular de Cultura da UNE, examina em detalhes a evolução da relação salários-preços, em nosso país. Fausto Cupertino, o autor do texto, revela:

«Se observamos a evolução do poder aquisitivo real dos salários mínimos decretados a partir de 1956, teremos o seguinte. Os de Cr\$ 3.800,00 decretados para a cidade do Rio de Janeiro em agosto de 1956 valiam na realidade apenas Cr\$ 2.395,00 em dezembro de 1958, às vésperas da decretação do novo nível, o de Cr\$ 6.000,00. Em termos reais, esse novo nível valia de fato Cr\$ 3.629,00 em janeiro de 1959, caindo para Cr\$ 2.124,00 em setembro de 1960. Em outubro entrava em vigor o nível de Cr\$ 9.600,00, com um poder aquisitivo real, sempre em comparação com o salário e os preços de agosto de 1956, de Cr\$ 3.417,00, que descia para Cr\$ 2.577,00 em setembro de 1961. O novo nível decretado em outubro para Cr\$ 13.440,00 valia de fato Cr\$ 3.441,00, caindo para Cr\$ 1.931,00 em dezembro de 1962. Em janeiro de 1963 entra em vigor o nível de Cr\$ 21.540,00, com um poder aquisitivo real de Cr\$ 3.191,00. Três meses depois estava reduzido a cerca de Cr\$ 2.800,00. . . . .

«Como se vê, a curva salarial varia entre níveis superiores e inferiores e a tendência é a de que os pontos mais altos nunca alcancem totalmente o ponto máximo anterior, enquanto que os pontos mais baixos caem sempre a cada novo reajustamento. Entre um e outro reajustamento o valor real do salário se reduz quase à metade do inicial. Dito de outro modo, para ter o mesmo poder aquisitivo dos Cr\$ 3.800,00 em agosto de 1956, o salário mínimo teria que ser hoje de cerca de Cr\$ 35.000,00 tanto no Rio de Janeiro como em São Paulo.

«Podese comparar também diretamente o aumento dos preços com o de salários e se chegará à mesma conclusão.»

# NOVOS RUMOS